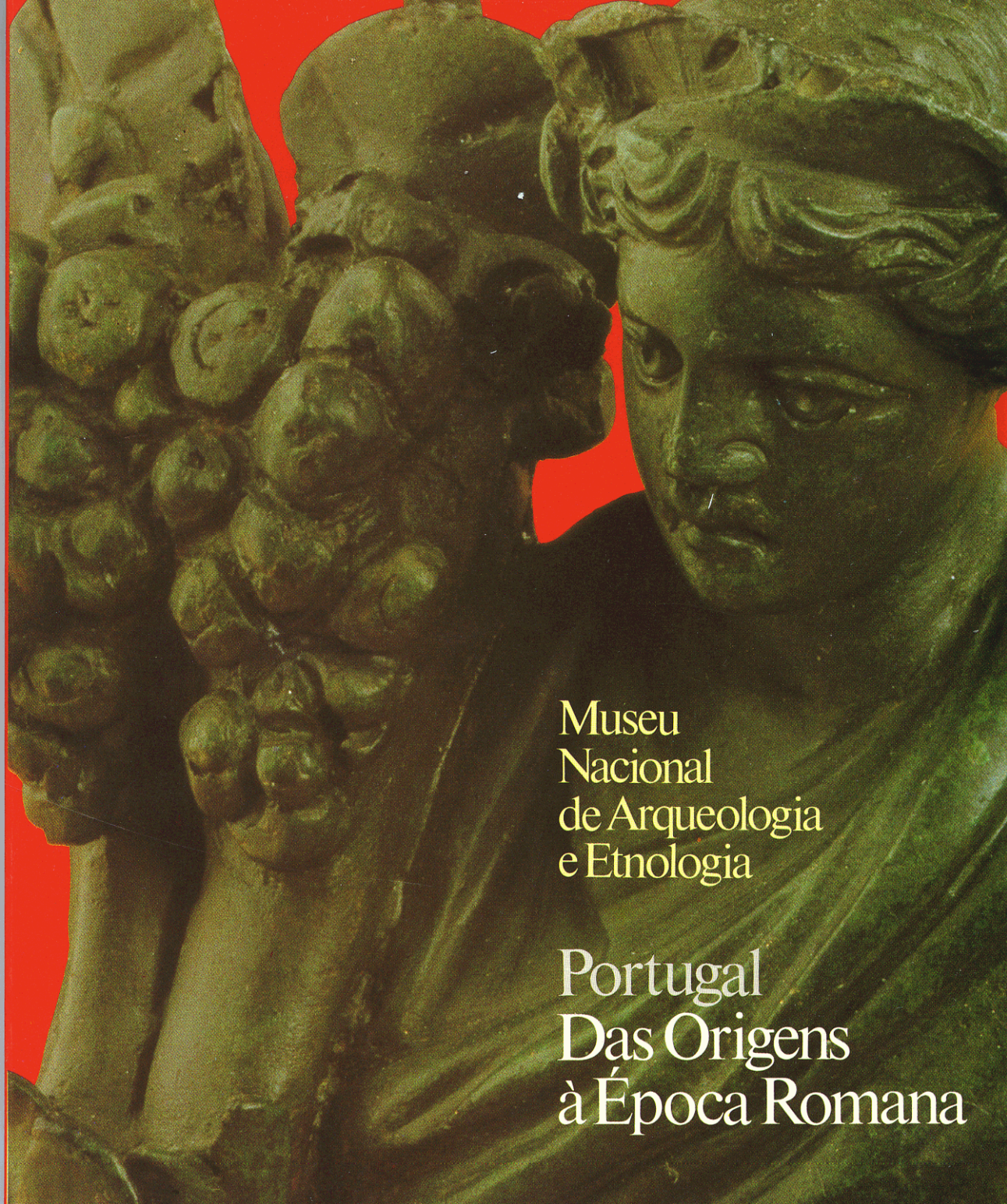
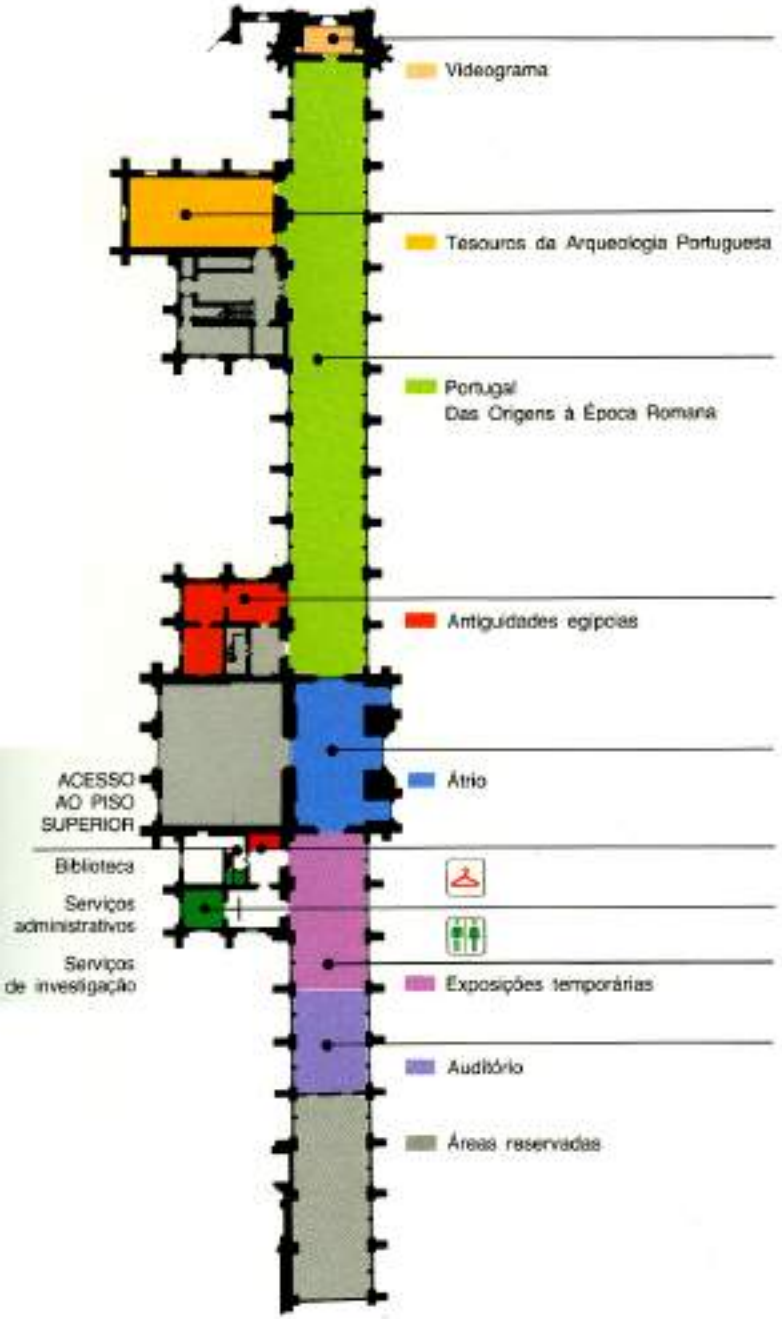


Museu
Nacional
de Arqueologia
e Etnologia

Portugal
Das Origens à Época Romana


Videograma
Tesouros da Arqueologia Portuguesa
Portugal
Das Origens à Época Romana
Antiguidades egípcias
Átrio
ACESSO
AO PISO
SUPERIOR
Biblioteca
Serviços
administrativos
Serviços
de investigação
Exposições temporárias
Auditório
Áreas reservadas

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Lisboa, 1989

Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia

Portugal Das Origens à Época Romana

Direcção
Francisco Alves

Exposição

Programa Rui Parreira, Adília Alarcão, Francisco Alves, Ana Isabel Santos, Luís Raposo e Fernando Real

Projecto de museografia Vítor Manaças

Design gráfico Aurelindo Ceia, Emílio Vilar e Luís Moreira

Projecto de electricidade Manuel Massano de Amorim

Direcção de obra Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Execução da obra Construções Anselmo Costa, Lda., Orlando e Almeida, Lda. e Construções António Martins Sampaio, Suc., Lda.

Serigrafia Atelier Aresta.

Roteiro

Textos Luís Raposo, Ana Isabel Santos, Adília Alarcão, M. Manuela Alves Dias, Rui Parreira, Luís Coelho, António Faria, Jeannette U. S. Nolen, José Arnaud e Manuela Martins.

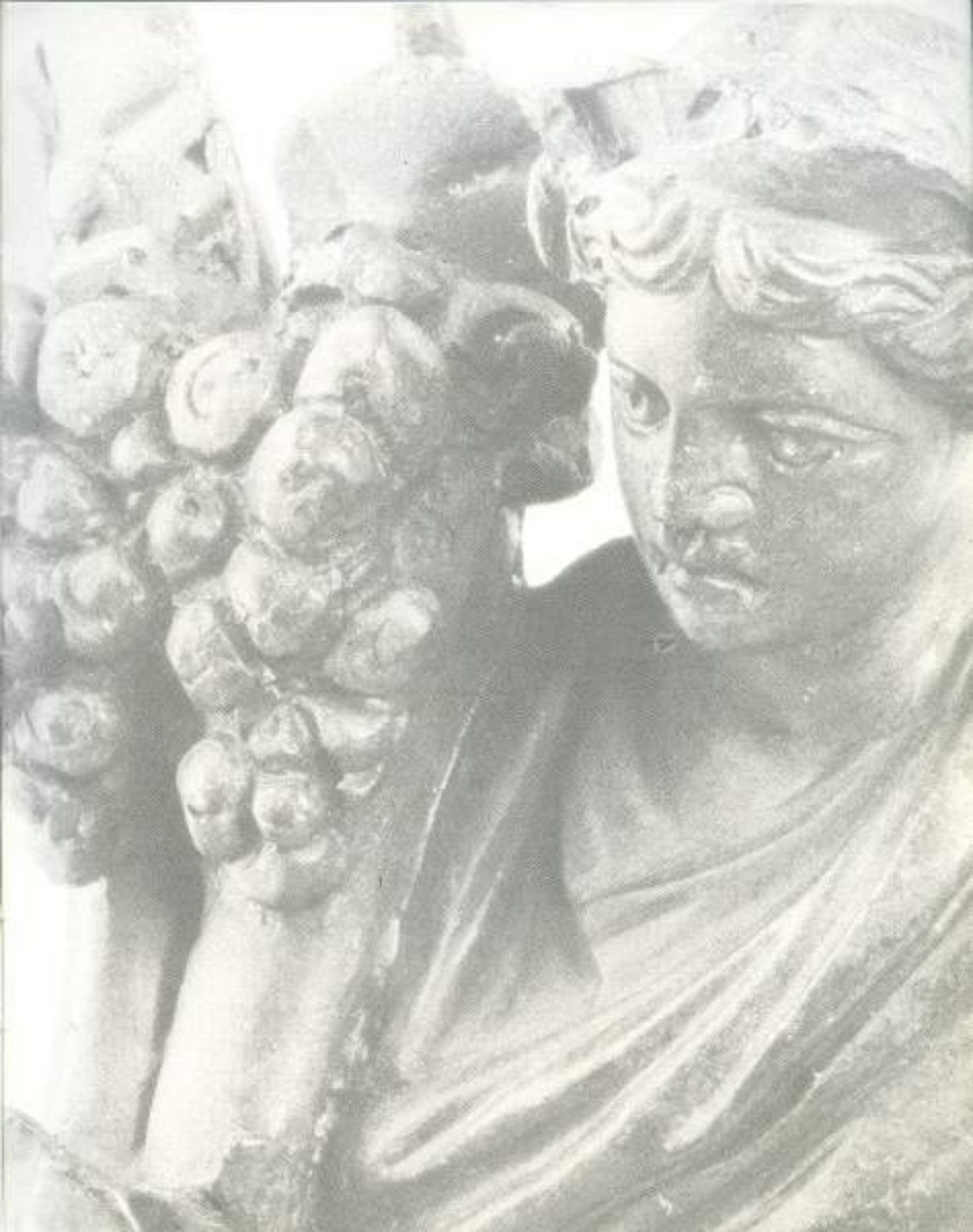
Design gráfico Emílio Vilar e Luís Moreira.

Fotografia António Ventura, Imacolor e António Cunha.

Assessoria editorial Mosaico, Editores, Lda.

O MNAE agradece a todas as entidades públicas e privadas que, pelas mais diferentes formas, designadamente pelo apoio científico prestado e pela cedência de colecções, muito contribuiram para tornar possível a presente exposição, sendo de realçar para a sua montagem museográfica a contribuição da Fundação Calouste Gulbenkian. O restauro dos materiais expostos foi realizado por ou sob a orientação do Museu Monográfico de Conimbriga.

ISBN 972-9257-09-4; (ISBN 972-9257-10-8 edição francesa); (ISBN 972-9257-11-6 edição inglesa).
Dep. Leg. N.º 28988/89



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Praça do Império, 1400 Lisboa, Portugal
Telefones: 3 62 00 00, 3 62 00 22/5

O Museu situa-se na zona monumental de Belém e é servido por um elevado número de transportes públicos: autocarros (n.º 27, 28, 29, 43, 49, 51), eléctricos (n.º 15, 16, 17) e comboio (linha do Estoril, estação de Belém).

Horário de abertura 3.ª-feira a domingo, das 10-12.30h/ /14-17h.
Fechado aos feriados.

Entradas A entrada é gratuita aos domingos de manhã para os cidadãos nacionais. É ainda gratuita para os professores e alunos de qualquer grau de ensino, os sócios da APOM, ICOM, Academias, ICOMOS, IN SEA, da Associação "Juventude e Património", funcionários do IPPC e visitantes com idades superiores a 65 anos. Os jovens portadores de "Cartão Jovem" têm direito a um desconto no preço do bilhete de entrada.

Fotografia É proibido o uso de *flash* e/ou tripé na fotografia dos objectos expostos. Na sala dos "Tesouros da Arqueologia Portuguesa" é proibida a entrada de qualquer tipo de máquinas fotográficas.

Exposições Para além da Galeria de Exposição Permanente subordinada ao tema Portugal – Das Origens à Época Romana e da exposição permanente sobre os "Tesouros de Arqueologia Portuguesa", o Museu possui ainda espaços próprios para exposições temporárias e galerias de estudo, estas últimas de acesso reservado.

Serviços prestados Balcão de vendas e livraria, extensão cultural (visitas guiadas segundo marcação prévia, programas educativos), biblioteca, auditório, investigação e apoio ao ensino universitário, laboratório de conservação e restauro de bens arqueológicos.

Edições Guias, roteiros, catálogos, postais ilustrados e diapositivos, réplicas, monografias diversas, etc.
"O Arqueólogo Português", revista do Museu desde 1895.

Edifício **O Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia encontra-se instalado desde 1903 no Mosteiro de Santa Maria de Belém, mais conhecido pela designação de Mosteiro dos Jerónimos, por ter sido doado em 1498 pelo rei D. Manuel I aos monges de S. Jerónimo.**
A zona ocupada pelo Museu corresponde à do corpo original do edifício, longa de quase duzentos metros, onde se situava o dormitório daquela ordem monástica. A meio da sua alpendrada neogótica de 28 arcos, ergue-se uma torre de menagem que é um *pastiche* neomanuelino, dos finais do século XIX, fruto de reconstruções, que incluíram também o acabamento das abóbadas em cantaria. Paradigma do estilo manuelino, que representa a versão portuguesa do gótico final, ou melhor, "a resistência do gótico à arte renascentista, na feliz expressão de Alexandre Herculano" (*in* Rafael Monteiro, "Jerónimos", Lisboa, 1987), o Mosteiro dos Jerónimos, começado a construir nos inícios do século XVI (1501), foi declarado Património Mundial em 1983.

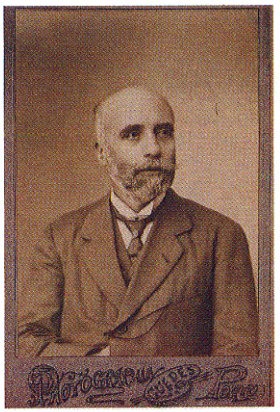
Introdução

A Galeria de Exposição Permanente que assinala a reabertura do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia constitui, sem dúvida, o mais importante acontecimento da sua história recente — momento tanto mais significativo quanto se tenha presente que sucede a um longo período em que o Museu, continuando embora a prestar numerosos serviços a diversos tipos de utilizadores, se encontrou encerrado à generalidade do público.

Todavia, sendo a mais visível expressão do Museu, esta Galeria representa uma pequena parcela da quase centenária instituição que de há muito visitantes nacionais e estrangeiros se habituaram a relacionar com o magnífico espaço monumental dos Jerónimos e a designar simplesmente por "Museu de Belém".

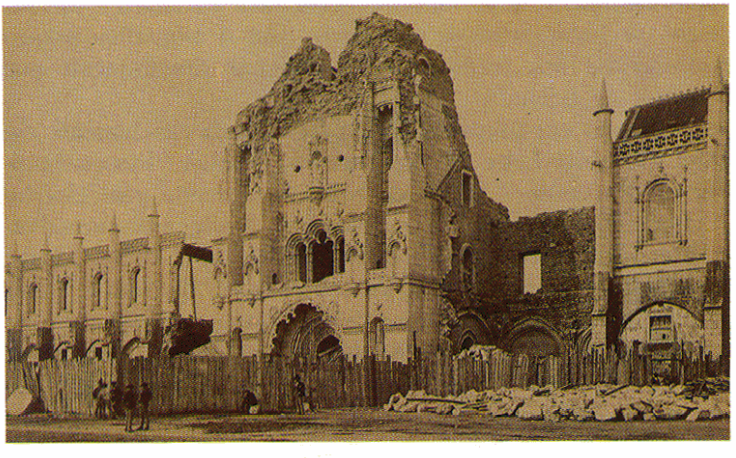
Fundado em finais do século XIX, mais exactamente em 1893, por José Leite de Vasconcellos, o então "Museu Etnográfico Português" foi desde o início marcado pelo espírito e pela época que lhe deram origem. Designado sucessivamente por Museu Etnológico Português (1897-1929), Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos (1929-1965) e, finalmente, pela designação que hoje mantém, ele foi durante muito tempo o "museu do homem português" que o seu fundador concebeu e defendeu, na perspectiva de nele realizar a "*exposição permanente de objectos respectivos a todas as épocas da nossa civilização, desde as mais remotas, para o conhecimento das origens, vida e caracteres do povo português*".

Assim se compreende a grande vastidão e diversidade do acervo do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, distribuído por núcleos por vezes bem diferentes entre si: arqueologia, etnografia, numismática e medalhística, epigrafia pré-latina e latina, escultura, documentação escrita, mosaicos, antropologia física, etc., núcleos a que se acrescentam as notáveis "colecções comparativas", arqueológicas e etnográficas, constituídas por materiais provenientes dos mais diversos países (com destaque particular para o núcleo do Antigo Egipto), e os não menos importantes legados e doações que tanto têm enriquecido o Museu.



José Leite de Vasconcellos (1858-1941), fundador e primeiro Director (1893-1929) do Museu.

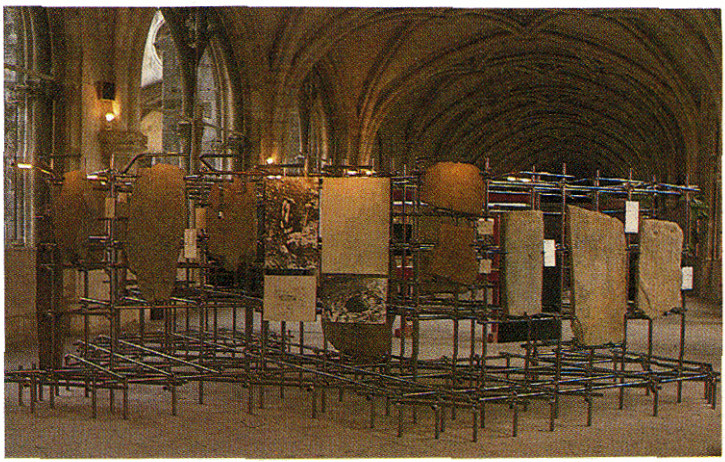
A progressiva especialização e separação metodológica entre as várias disciplinas envolvidas na inicial concepção do Museu, aliada aos centros de interesse e às actividades privilegiadas pelos seus sucessivos directores, com especial relevo para o imenso trabalho de campo de Manuel Heleno, sucessor do fundador, trabalho esse continuado por D. Fernando de Almeida, tudo foram factores que levaram a componente arqueológica a ganhar preponderância sobre todas as outras. Hoje, o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia é sobretudo um museu de arqueologia, ponto de referência central e obrigatório desta disciplina, no País e no estrangeiro. Porém, à dimensão algo estática dos objectos, tem o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia procurado, desde sempre, acrescentar a visão dinâmica que decorre da sua adequada integração histórico-antropológica, fornecendo-lhes



O Mosteiro dos Jerónimos, edifício ocupado pelo Museu desde 1903. Vista do final do século XIX, após o derrube da torre central em 1878, e vista actual.

os enquadramentos imprescindíveis à sua plena fruição cultural.

A consciência deste aspecto conduziu, especialmente desde 1980, com o Museu encerrado ou apenas aberto para a apresentação de exposições temporárias, à execução de um vasto programa de reestruturação geral, prioritariamente orientado para a reorganização dos diferentes núcleos e colecções — o que, designadamente, implicou a realização de uma verdadeira "escavação arqueológica" do imenso acervo acumulado ao longo dos anos. Paralelamente, as instalações sofreram completa remodelação, de acordo com um modelo coerente de aproveitamento dos espaços disponíveis e de modernização dos diferentes sectores e serviços: áreas de materiais em reserva, espaços laboratoriais, gabinetes de apoio técnico, salas de arquivo, de investigação interna e externa,



O Museu em três diferentes momentos da sua existência. À esquerda, em cima, pormenor da primitiva galeria de exposição permanente, ainda nas instalações da Rua da Academia das Ciências; à direita, em cima, aspecto geral da exposição de Pré-História portuguesa apresentada pelo Museu em meados deste século, sob a direcção de Manuel Heleno; à esquerda, exposição temporária sobre a 1.ª Idade do Ferro no Sul de Portugal, organizada no início dos anos 80.

de leitura, etc. Também a biblioteca, uma das mais importantes do País no seu género, foi reorganizada e substancialmente enriquecida, em grande parte graças à permuta com a revista do Museu, "O Arqueólogo Português", fundada em 1895.

A actual Galeria de Exposição Permanente decorre não apenas do esforço "de bastidores" atrás esboçado, mas também, na sua configuração concreta, nas opções museográficas e científicas que encerra, de um incontornável compromisso entre as características arquitectónicas e dimensão do espaço físico disponível e a vastidão, variedade, representatividade e estado de conservação das colecções susceptíveis de nela figurarem.

Tomada uma primeira opção de elaborar um percurso expositivo, com base nas colecções do Museu desde os mais antigos vestígios de ocupação humana até ao final da Época Romana, no território português, houve ainda assim que limitar a brevíssimas sínteses a apresentação de alguns dos espólios mais representativos, assumindo linearmente no espaço um discurso que reflecte a progressiva aceleração do tempo de sobrevivência das diferentes sociedades humanas.

Desenho aguarelado de Francisco Valença: espada da Idade do Bronze.

Francisco Valença, João Saavedra Machado, Roque Gameiro e Stuart Carvalhais, conhecidos ilustradores portugueses, foram alguns dos desenhadores que integraram os quadros de pessoal do Museu.

Escavações de Manuel Heleno na Anta Grande da Estrada da Fanica, Água Doce (Coruche) (1931).

Ao longo da sua existência, o Museu promoveu e realizou numerosos projectos de investigação visando simultaneamente o desenvolvimento dos conhecimentos sobre a antiga ocupação humana do território hoje português e o enriquecimento do seu acervo.

Fruto de um trabalho de equipa que a sua apresentação pública avaliará e corrigirá, a Galeria de Exposição Permante do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia representa uma leitura necessariamente datada do que foi o passado da nossa terra, das suas raízes etno-históricas e das reminiscências que os movimentados tempos actuais delas conservam. No difícil percurso da sua concepção, adopção, construção, montagem e acompanhamento, merece, finalmente ser realçada a indelével marca de Adília Alarcão que, em todas as ocasiões, e em particular nas mais difíceis, no momento solitário da decisão, *esteve presente*, com a sua experiência e amizade. Mas cumpre também não deixar de sublinhar o inestimável contributo de todos aqueles que, por forma directa ou indirecta, e a diversos níveis, estiveram associados a este projecto, muito especialmente os funcionários do Museu, sem os quais ele não poderia ter sido cumprido, e o empenhado interesse e apoio a ele prestado pelo Instituto Português do Património Cultural.

O Director,
Francisco J. S. Alves

A Terra e o Homem

A Terra formou-se há cerca de 4500 milhões de anos. O Homem, com 2,5 milhões de anos, é uma personagem recente nessa paisagem antiga. Se imaginarmos a idade da Terra equivalente a um dia o Homem teria apenas surgido no último minuto dessas 24 horas.

O conhecimento da ocupação humana nos diversos espaços geográficos hoje identificados como países, não pode deixar de ser incluído num quadro mais amplo, que é o da própria história da Terra – cenário de toda a "aventura humana".

Desde a sua formação, e durante mais de 1000 milhões de anos, a Terra surge aos nossos olhos como um Planeta sem Vida. Na longa história das espécies, que os fósseis, as rochas e a genética molecular tão bem contam, os grandes degraus evolutivos conducentes ao Homem constituem um escalonamento que passa pelos primeiros animais couraçados (600 milhões de anos, no Paleozóico*), os Répteis e os primeiros Mamíferos (130 milhões de anos, no Mesozóico*) e os Primatas (70 milhões de anos, no Cenozóico*).

Finalmente, o Homem surge na África Subsariana, há cerca de 2,5 milhões de anos. Por volta de 1,5 milhões de anos atrás, já a Humanidade se estenderia a todo o Velho Mundo. Iniciava-se então o Quaternário*, última grande etapa na história da Terra cujas divisões maiores constituem também a marcada clivagem que separa as comunidades pré-históricas (em sentido restrito), das comunidades proto-históricas e históricas. Aos caçadores-recolectores do Plistocénico* ou Idade Glaciária, sucedem-se os agricultores e pastores, as sociedades pré-estatais e estatais do Holocénico* ou Período Recente.

A abrir a Galeria de Exposição Permanente do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, encontra o visitante uma primeira referência à "***Génese do Homem***", apresentada num quadro constituído por moldes de hominídeos fósseis provenientes de diversas instituições ligadas ao estudo do "processo de hominização"*.

Num certo sentido, toda a "aventura humana" começou quando, do conjunto dos Hominóides, uma família particular – os Hominídeos – se destacou e nela veio a emergir o género *Homo*. Assim, muito embora no território português se não encontrem documentadas algumas das primeiras fases da evolução da Humanidade, é forçoso começar por procurar, nas raízes do Tempo, as sucessivas fronteiras definidoras do Homem, enquanto ser dotado de uma certa identidade biológica e cultural. Criatura detentora de um particular tipo de vida familiar (*Homo habilis* e primeiros *Homo erectus*), "senhor do fogo" (*Homo erectus* mais recentes), ser dotado de uma espiritualidade evidente (*Homo sapiens*), o Homem constitui, sempre, a personagem central de todo o "drama histórico" que esta Exposição narra. Importa, pois, começar ele.

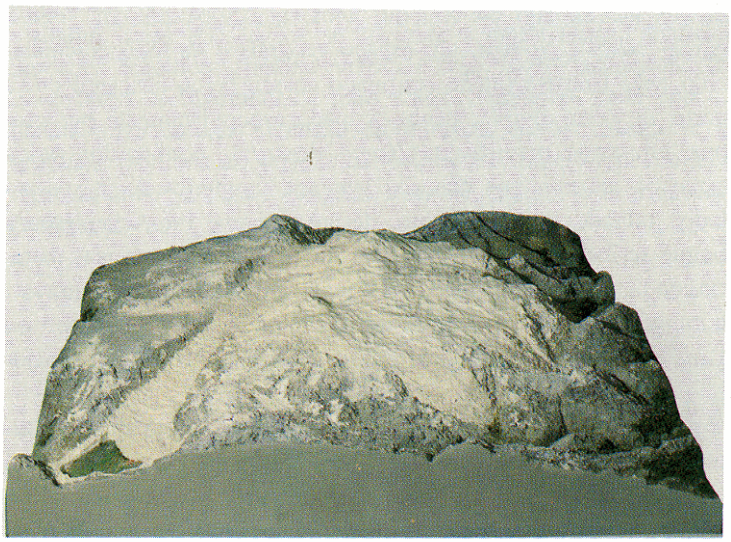
Seguidamente, se colocam as questões de integração natural e de escalas de aproximação temporal. A curta duração da história humana, quando comparada com a história da Terra, é posta em evidência por um conjunto de painéis documentais que preenchem o último sector deste bloco expositivo, onde também o clima e a paisagem, durante o Plistocénico, são abordados. Uma maqueta do que foi ***a Serra da Estrela há 18 mil anos***, durante a glaciação de Würm*, apresenta, aliás, uma manifestação particular daquelas envolventes paleoecológicas* – as quais, é preciso sublinhá-lo, constituem a memória de mais de 90% das gerações que nos precederam.

VIT. 1

Homo habilis – a mais antiga espécie humana.
Réplica do crânio KNM-ER-1470, do Museu Nacional do Quénia (Nairobi).
Datação: 1,8 milhões de anos. Reconstituição morfológica: 135 cm de altura, 40 kg de peso, 660 cc de capacidade craniana, bipedismo.
Características culturais: fabrico de instrumentos (*Homo faber*), construção de abrigos, partilha colectiva da caça e possível divisão sexual do trabalho.

Dente incisivo de urso pardo (*Ursus artcos*), encontrado nos níveis de brecha ossífera da Gruta Nova da Columbeira (Bombarral) (*Vit. 2*).

O conjunto faunístico encontrado nesta importante jazida arqueológica, de que fazem parte, entre outros, o rinoceronte, a hiena, o auroque*, etc., é bem sugestivo das condições ambientais ocorridas durante o Plistocénico ou Idade Glaciária.



Pormenor, em maqueta, do **vale glaciário do Zêzere** (a Sudoeste de Manteigas) (*Vit. 1*).
Embora muito limitadas geograficamente e apenas representadas com segurança pela última delas (Würm), as glaciações do Plistocénico deixaram as suas marcas no nosso território — como o prova o magnífico vale do Zêzere, com a sua característica forma em U, própria da potente acção erosiva de uma língua glaciária em deslocação.

O Paleolítico Inferior e Médio

No Paleolítico — o primeiro e mais vasto período da Pré-História — o Homem, originário de África, penetra na Europa por diferentes vias, fabrica instrumentos de pedra lascada, madeira e osso, caça e recolhe o que a natureza lhe oferece, deslocando-se em pequenos grupos no interior de vastos territórios.

O conjunto de elementos referentes às mais antigas ocupações humanas do território hoje português é apresentado através de uma vitrina e de três painéis documentais onde se desenham as possíveis vias de penetração do Homem na Europa, há cerca de 1,5 milhão de anos e se sugerem alguns dos aspectos mais característicos do seu modo de vida: a utilização de instrumentos de mão, feitos em pedra lascada, a caça de grandes mamíferos, entre os quais os elefantes, os rinocerontes e hipopótamos, os auroques* e bisontes, etc. e a ocupação ocasional de grutas e abrigos sob rocha.

Deve notar-se que durante grande parte do Paleolítico, pelo menos até há 600 ou 700 mil anos, a Europa foi um "continente vazio", ou seja, um espaço geográfico de todo desconhecido pelo Homem (então confinado ao seu berço africano) ou, a partir de certa altura, apenas ocupado esporadicamente por grupos humanos primitivos (*Homo erectus*), conhecidos pelos esparsos testemunhos que nos legaram: conjuntos de seixos rolados talhados sumariamente, designados por Pré-Acheulense*. Segue-se-lhes uma ocupação sem dúvida mais expressiva, materializada no Acheulense* — a mais universal das "culturas" humanas, célebre pelos seus instrumentos centrais: o biface* ou "faz-tudo" na saborosa expressão de José Leite de Vasconcellos, o machado de mão, o raspador*...

No seu conjunto, o Pré-Acheulense e o Acheulense constituem o Paleolítico Inferior que se estende na Europa ocidental até há cerca de 100 mil anos. A partir daí, até há cerca de 35 mil anos, decorre o Paleolítico Médio, período em grande parte

já ocupado pelo "Homem de Neanderthal" (*Homo sapiens neanderthalensis*) e por um conjunto variado de indústrias líticas a que se dá a designação genérica de Mustierense*.

VIT. 2 A vitrina referente à ***cultura material dos caçadores-recolectores do Paleolítico Inferior e Médio*** organiza-se em torno dos dois grandes períodos que a integram. Assim, uma primeira leitura proposta ao visitante é a da observação geral da simetria e da ênfase posta, em ambos os lados desta vitrina, nos instrumentos mais característicos de cada um.

Do Pré-Acheulense, ou **Paleolítico Inferior Arcaico**, apresenta-se aqui um pequeno conjunto de seixos lascados, recolhidos em algumas estações arqueológicas situadas no litoral da Estremadura, em antigas praias marinhas, hoje muito elevadas relativamente ao actual nível do oceano. Entre elas, destaca-se a de Seixosa (Torres Vedras), o mais importante local deste período conhecido entre nós.

O **Paleolítico Inferior Pleno** surge em Portugal muito melhor representado do que a época anterior — o que desde logo se torna patente pelo grande número de instrumentos acheulenses exibidos: triedros, bifaces, machados de mão, raspadores ... representativos de todas as fases evolutivas daquela cultura. Ao visitante, duas abordagens se sugerem a partir daqui: algumas unidades temáticas (painéis verticais com peças) apresentam a traço largo os instrumentos mais característicos de cada época, dando conta da sua evolução cronológica; outros referem-se a algumas das nossas jazidas arqueológicas mais importantes, representando por isso imagens fixas no tempo, mas ricas de pormenor.

Biface triédrico, rolado, em quartzito, da Cascalheira da Alagada (rio Caia) (*Vit. 2*). *Acheulense Arcaico* ("Abevilense"). Comprimento: 19 cm.

Seixo talhado unifacial, rolado, em quartzito, de Seixosa (*Torres Vedras*) (*Vit. 2*). Pré-Acheulense. Comprimento: 8,9 cm.

Em termos evolutivos, da primeira fase do Acheulense — o Abevilense* — conhecem-se alguns vestígios em zonas circunscritas, sendo de salientar os exemplares provenientes do Guadiana e do Caia; o Acheulense Pleno encontra-se representado um pouco por todo o país, de Vila Real de Santo António ao rio Minho; ao Acheulense Final atribuem-se os magníficos instrumentos micoquenses* da região de Alpiarça.

O Vale do Tejo, em particular, constitui um dos mais importantes pólos de fixação humana nesta época, a nível peninsular — o que é posto em evidência pelas três estações arqueológicas que figuram nesta vitrina: Monte do Famaco (Acheulense Médio), Cabeço da Mina (Acheulense Médio/Superior) e Milharós (Acheulense Final-Micoquense).

A metade restante desta vitrina é preenchida por materiais do **Paleolítico Médio**, de que se conhece maior número de elementos documentais: locais de *habitat*, ao ar livre, em grutas e em abrigos sob rocha, contendo por vezes ricas associações entre utensilagens líticas e restos faunísticos reunidos e consumidos pelos caçadores mustierenses.

Raspadores e, de um modo geral, utensílios sobre lasca* são agora comuns, frequentemente realizados a partir de núcleos discóides ou "levallois"*, que constituem uma variada colecção, proveniente, entre outros, de alguns locais clássicos dos arredores de Lisboa (Casal do Monte, Calçada dos Mestres, Amadora, etc.) e das estações arqueológicas descobertas na última década no Vale do Tejo e afluentes, em Tomar e em Vila Velha de Ródão. Desta última área salienta-se o sítio de Vilas Ruivas (onde as mais antigas estruturas de *habitat* da Pré-História portuguesa foram detectadas) e Foz do Enxarrique, notável pela ocorrência, num mesmo solo habitado, de instrumentos líticos e fauna ali consumida: cavalo, auroque, veado e elefante.

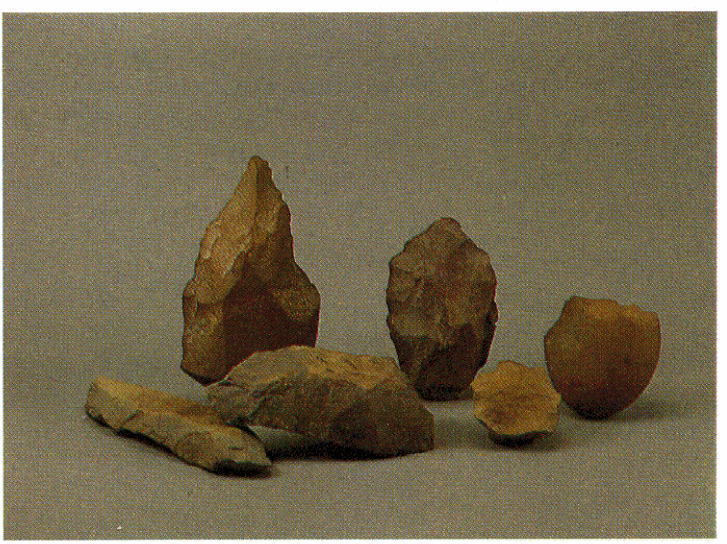
Em cima: **biface micoquense**, em quartzito, de Milharós (Alpiarça) (*Vit. 2*). Comprimento: 21,6 cm.
À direita: **biface abevilense**, em sílex, do Casal do Monte (Loures) (*Vit. 2*). Comprimento: 13,2 cm.
O biface — instrumento mais característico do Acheulense europeu — era uma ferramenta polivalente, para ser usada na mão (a técnica de encabamento era desconhecida até ao Paleolítico Médio ou Superior). A sua evolução, aqui expressa pelos dois seus momentos extremos, revela uma passagem de formas pouco simétricas, de gumes muito sinuosos, para formas de linhas esbeltas e gumes finamente retocados.

Finalmente, uma referência muito particular deve ser feita para a Gruta Nova da Columbeira (Bombarral), local onde se registou o mais antigo fóssil humano conhecido no território português — um dente molar de *Homo sapiens neanderthalensis*, situado na base de uma densa estratigrafia de mais de 10 níveis de ocupação humana, alguns dos quais com estruturas de combustão evidentes e contendo todos grande número de instrumentos líticos, associados a uma abundante e variada fauna.

Conjunto de **instrumentos mustierenses** do Casal do Monte (Loures) (*Vit. 2*). 2 bifaces, 1 furador, 2 pontas *levallois* e 3 raspadores. Comprimento do primeiro biface, em cima à esquerda: 6,2 cm.

Indústria lítica mustierense, em quartzo, quartzito e sílex, da Gruta Nova da Columbeira (Bombarral) (*Vit. 2*). Da esquerda para a direita e de cima para baixo: 2 raspadores, 2 denticulados*, 2 raspadores simples convexos, 2 pontas de *tayac**, 1 lasca *levallois* e 1 núcleo discóide. Comprimento da primeira peça: 4,6 cm.

A técnica *levallois, explorada intensamente durante o Paleolítico Médio, representa um notável progresso no modo de concepção dos instrumentos em pedra lascada. As ferramentas passam a ser pré-concebidas *ab initio*, intercalando-se entre a sua concepção e a sua concretização toda uma série de gestos técnicos encadeados.**



Conjunto de instrumentos do Acheulense Médio, em quartzito, do Monte do Famaco (Vila Velha de Ródão) (*Vit. 2*). Da esquerda para a direita: 1 raspador sobre placa, 2 bifaces, 1 raspador sobre lasca, 1 núcleo* proto-*levallois* e 1 seixo talhado. Comprimento do biface maior: 21,9 cm.

O Paleolítico Superior

A maioria das civilizações e todas as manifestações artísticas e culturais que têm lugar no Ocidente Europeu entre 35 mil e 8 mil anos a.C. são já obra do *Homo sapiens sapiens* — o "Homem Moderno". As ferramentas são agora geralmente encabadas. Os elementos em pedra lascada que lhes servem de gume, obtidos a partir de lâminas produzidas em série, tendem a ser cada vez mais especializados e de pequenas dimensões, ou microlíticos. Em Portugal, é na Estremadura que se localiza o maior e mais diversificado número de sítios arqueológicos deste período.

Um dos principais núcleos constitutivos do acervo deste Museu é representado pelas numerosas e muito diversificadas colecções do Paleolítico Superior provenientes dos trabalhos desenvolvidos nas regiões de Cambelas (Torres Vedras) e Rio Maior, nos anos 30 a 50, por Manuel Heleno, então Director da instituição.

De um modo geral, as sequências culturais deste período no território português inscrevem-se com facilidade no quadro amplamente conhecido em toda a Europa ocidental. Assim, encontra-se no início deste sector expositivo um painel introdutório onde se procede a uma breve definição e caracterização do Paleolítico Superior, se sugerem as escalas de aproximação geográfica mais adequadas à sua compreensão e se recriam os padrões paisagísticos que então, em plena época glaciária, terão constituído o cenário em que se movimentavam as diferentes comunidades humanas – as quais já tinham atingido limites próximos dos da actual ecúmena* humana, com a penetração e rápida colonização do Novo Mundo e da Austrália.

Novas e importantes tecnologias são desenvolvidas no Paleolítico Superior. Entre elas destaca-se a da utilização sistemática da lâmina* como suporte para a obtenção de um vasto leque de instrumentos, especializados e padronizados: buris*, raspadeiras, furadores, pontas de vários tipos... No trabalho do osso surge a zagaia, o arpão e o propulsor — a primeira máquina destinada à desmultiplicação da força humana. Tudo isto é acompanhado pela expansão do *Homo sapiens sapiens*, que traz consigo uma explosão do fenómeno artístico, quer parietal (a chamada "arte das cavernas", de que Altamira e Lascaux se tornaram *ex-libris*), quer móvel (de que se destacam as "Vénus", figurações femininas que estão na base de cultos da fecundidade, posteriormente reunidos nos atributos de uma Grande Deusa-Mãe). Daqui resultou, no plano do registo arqueológico, uma enorme variedade de instrumentos, objectos de adorno e obras de arte, apresentados nas três vitrinas que preenchem este espaço expositivo.

VIT. 3 Grandes acampamentos de ar livre, pequenos locais denunciadores de paragens curtas (na caça, na recolecção ou no fabrico de ferramentas), grutas e abrigos sob rocha, ocupados temporariamente, constituem alguns dos tipos de locais do ***Paleolítico Superior na Estremadura*** — espaço privilegiado para o seu conhecimento no nosso país, como é revelado pelo mapa que constitui o elemento integrador de todas as colecções aqui expostas. Nele se salienta a representação das "terras altas" e dos níveis de costa hoje submersos, mas que outrora integraram os terrenos de exploração económica das comunidades do Paleolítico Superior.

Das suas fases mais antigas (**Paleolítico Superior Inicial**) salientam-se os conjuntos de Vale de Porcos, Casal do Filipe, Terra do Manuel e Vale Comprido. O primeiro destes sítios, em Rio Maior, representa um Aurignacense* com buris arqueados e raspadeiras espessas; os dois últimos, parecem poder

Núcleo* para lâminas, em sílex, de Vale de Porcos (Rio Maior) (*Vit. 3*). Aurignacense. Comprimento: 8,1 cm.

A obtenção, em série, de lâminas*, utilizadas como suporte para o fabrico de instrumentos diversos, é uma das principais características do Paleolítico Superior.

Ponta em forma de "**folha de loureiro**", em sílex, de Vale Almoinha (Cambelas, Torres Vedras) (*Vit. 4*). Solutrense. Comprimento: 8,7 cm.

Obtidas por percussão com percutor elástico (madeira, osso) ou por pressão, talvez previamente aquecidas, as "folhas de loureiro" constituem um dos principais expoentes do trabalho da pedra no Paleolítico, desenvolvendo uma técnica de fabrico que, no Ocidente europeu, só muitos milhares de anos mais tarde, em pleno Neolítico, virá a ser "redescoberta".

incluir-se num contexto gravetense*, onde se salienta a existência de pontas de dorso abatido e buris planos.

Tratando-se na vitrina seguinte o Solutrense*, que preenche o **Paleolítico Superior Pleno**, completam este espaço as colecções madalenenses* de Vascas e Carneira (ambas em Rio Maior), atribuíveis já ao **Paleolítico Superior Final** e caracterizadas pelos seus buris em bico de papagaio, as pontas de pedúnculo e, sobretudo, pelos inúmeros tipos de lamelas* de dorso e pontas microlíticas* – antecipação de uma tendência que se acentuará no Mesolítico.

O ***Solutrense*** é, porventura, a cultura do Paleolítico Superior mais característica da Europa ocidental, ocupando uma estreita faixa temporal, entre há cerca de 18 e 15 mil anos a.C. São célebres os seus instrumentos mais emblemáticos: as folhas de loureiro e de salgueiro. Na Península Ibérica regista-se a ocorrência de duas regiões particulares do Solutrense: a Cantábrica e a Levantina ou Mediterrânica, qualquer delas definida por um conjunto de utensílios originais, de que se destacam, no Levante, as pontas de pedúnculo e aletas, ditas de Parpalló*. VIT. 4

O território português constitui, neste contexto, uma área onde se cruzam aquelas duas tradições culturais ibéricas e se reconhecem os diferentes momentos tipológicos do Solutrense no seu todo: pontas de face plana, em Vale Comprido (Rio Maior); folhas de loureiro, aliás em diferentes fases de fabrico, em Olival do Arneiro e outros sítios da mesma região de Rio Maior; folhas de salgueiro e pontas de pedúnculo lateral, em Vale Almoinha (Cambelas, Torres Vedras).

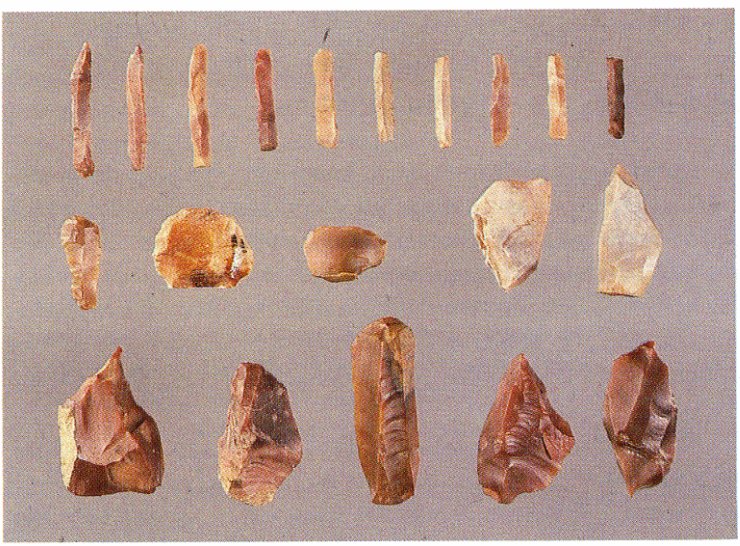
A riqueza da vida espiritual das comunidades humanas deste período revela-se em toda a Europa, através de uma grande variedade de ***produções artísticas*** – afinal a maior inovação que permite individualizar o Paleolítico Superior. VIT. 5

Trata-se, por um lado, de pinturas, gravuras e esculturas parietais – a chamada "arte das cavernas", de que a Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo) constitui, no território português, o exemplo mais expressivo. Por outro lado, de placas gravadas, adornos diversos em osso e pedra, utensílios de uso quotidiano decorados, todos inscritos no universo simbólico das sociedades de caçadores-recolectores.

Apresentam-se alguns dos raros elementos de adorno e objectos decorados deste período, de que se destaca a placa da Gruta do Caldeirão (Tomar), encontrada em níveis do Solutrense e gravada, entre outros, com motivos zoomórficos e antropomórficos.

Conjunto de **lâminas apontadas**, em sílex, de Casal do Felipe (Rio Maior) (*Vit. 3*). Gravetense. Comprimento da maior: 6,2 cm.

A utilização do bordo abatido para a fabricação de pontas de armas de arremesso, é uma das técnicas mais definidoras do Gravetense, no Paleolítico Superior Inicial.



Conjunto de **instrumentos madalenenses**, em sílex, de Carneira (Rio Maior) (*Vit. 3*). Em cima: um conjunto de lamelas de dorso de vários tipos; no meio: 3 raspadeiras e 2 buris diedros; em baixo, da esquerda para a direita: 1 furador, 2 raspadeiras, 1 buril diedro e 1 buril sobre truncatura. Comprimento da primeira peça, em cima à esquerda: 3,9 cm.

Placa gravada, sobre seixo de xisto, da Gruta do Caldeirão (Tomar) (*Vit. 5*). Solutrense. Comprimento maior: 7,7 cm.

Trata-se de uma das raras peças de arte móvel deste período, em Portugal, apresentando no anverso uma possível figuração zoomórfica (parte posterior de cervídeo?) e no reverso um antropomorfo estilizado, atravessado por traços oblíquos.

O Mesolítico

Durante o Mesolítico, novas condições ecológicas reflectem-se numa ocupação mais intensiva do litoral e dos estuários.
O conjunto dos recursos alimentares diversifica-se.
Importantes inovações técnicas e a utilização sistemática de artefactos compósitos construídos no essencial a partir de micrólitos permitem aos caçadores-pescadores-recolectores atingir o apogeu de um modo de vida limitado ainda exclusivamente à depredação dos recursos naturais.

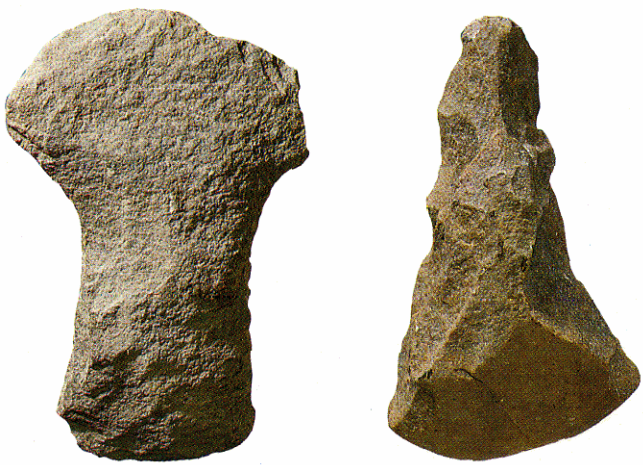
Considerado tradicionalmente como um "período de transição", "pobre" e sem características próprias, o Mesolítico tem vindo a ser cada vez mais entendido como a época de apogeu das sociedades de caçadores-recolectores – verdadeira "idade de ouro" da história humana. Acentua-se, então, a interdependência entre o Homem e a Paisagem e desenvolve-se um conhecimento empírico de práticas proto-agrícolas e de domesticação de animais.

O aumento da população, a redução dos territórios disponíveis (por efeito da subida do nível do mar, até valores idênticos aos actuais), o grande desenvolvimento das coberturas vegetais, a diminuição e, mesmo, extinção dos grandes mamíferos que anteriormente povoavam a Europa – tudo isto foram factores que contribuíram para intensificar a exploração de recursos até então marginais, de preferência nos estuários fluviais e no litoral, onde se formaram os concheiros* – o tipo de jazida arqueológica mais característico deste período.

As actividades económicas diversificam-se e tornam-se mais especializadas – o que se reflecte no equipamento tecnológico destas comunidades mesolíticas, em grande parte constituído por objectos de fraca visibilidade arqueológica, isto é, feitos a partir de materiais orgânicos perecíveis. O pau de cavar, a cestaria, o arco e a flecha, a canoa e a jangada, a rede de pesca e o anzol

seriam já comuns no Mesolítico. A componente lítica de um tal equipamento traduz-se na proliferação de instrumentos constituídos por um número variável de pequenos elementos — os micrólitos* — susceptíveis de fácil substituição e fabricação em série, a partir de suportes muito estandardizados (as lamelas, as lâminas), utilizando técnicas apropriadas, entre as quais a do "microburil". Paralelamente, verifica-se a "redescoberta" de tipos de instrumentos robustos, de base macrolítica*, entre os quais os picos*, os machados de cabo e cabeça e os seixos talhados, necessários em determinadas operações normalmente relacionadas com a recolha de moluscos em superfícies rochosas ou a extracção de tubérculos e raízes.

VIT. 6 Os conjuntos líticos de datação posterior ao 9.º milénio — e por isso chamados pós-glaciários ou holocénicos — mas de clara filiação nos últimos complexos industriais do Paleolítico Superior (designadamente no Madalenense) são extremamente raros entre nós — o que se deve à subida do nível do mar (transgressão* flandriana) que submergiu territórios litorais anteriormente disponíveis. Ponta da Vigia, no concelho de Torres Vedras, de que se reúne nesta vitrina um pequeno conjunto



À *esquerda*. **Machado mirense**, em grauvaque, de Vale da Telha (Aljezur) (*Vit. 6*). Mirense. Comprimento: 21,3 cm.
À direita. **Pico**, dito Asturiense, em quartzito, de Alvarães, Redanha (Viana do Castelo) (*Vit. 6*). Ancorense. Comprimento: 13,5 cm.

lítico, constitui um local deste tipo, datado do 7.º milénio a.C. Nele se identificou um solo de *habitat*, com estruturas de combustão, e um conjunto de instrumentos microlaminares, dominados por uma enorme variedade de lamelas de dorso e pela diminuição dos tipos mais característicos do período precedente, entre os quais os buris e algumas raspadeiras*.

Outros locais da mesma fase cronológica — o ***Mesolítico de fácies arcaica ou Epipaleolítico*** — são os que se conhecem em certas faixas do nosso litoral e nalguns vales fluviais do interior.

Trata-se de conjuntos líticos onde se destacam os instrumentos macrolíticos, que é frequente encontrar, quer pela via da Arqueologia, quer pela da Etnologia, em comunidades vivendo em estádios de desenvolvimento tecnológico, e economias, semelhantes aos do Mesolítico europeu.

Insuficientemente datadas no que diz respeito a Portugal, estas indústrias ocorrem tanto na costa cantábrica (Asturiense*), no litoral minhoto e galego (Ancorense*) e na costa alentejana (Mirense*), como ainda, eventualmente, em vales fluviais do interior: Guadiana, Caia e Tejo (Languedocense*). Os seus instrumentos mais característicos (o pico do Asturiense e Ancorense, o machado do Mirense, o seixo lascado e o disco do Languedocense) constituem uma utensilagem aparentemente insólita, devido ao seu aspecto primitivo, mas que revela uma clara evolução expressa na uniformidade dos objectos dentro de cada tipo funcional, em relação com a apanha de moluscos na falésia litoral, com a recolha de raízes e tubérculos e outras actividades de carácter sazonal.

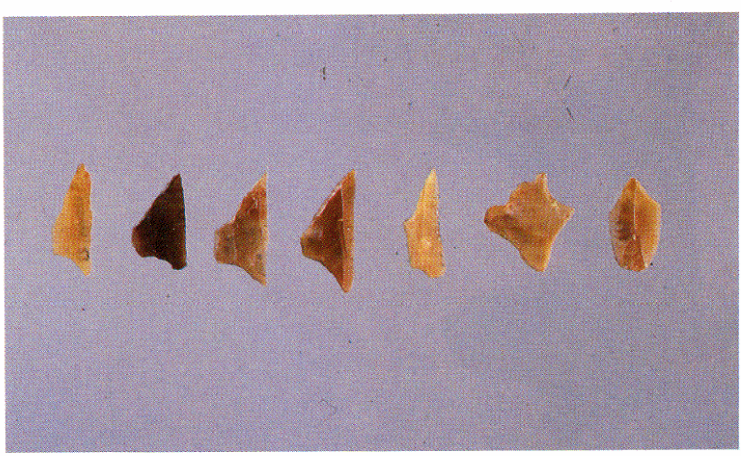
Uma estação arqueológica mirense — Palheirões do Alegra (Cabo Sardão) — merece um realce particular, dada a riqueza da sua colecção e a associação nela verificada entre os utensílios macrolíticos e os laminares.

Conjunto de **instrumentos microlíticos**, em sílex, do concheiro de Amoreiras (Sado) (*Vit. 7*). Em cima, um conjunto de micrólitos geométricos: 4 crescentes, 1 trapézio e 1 triângulo; em baixo, 2 lamelas retocadas e apontadas e 1 lamela denticulada. Comprimento do primeiro crescente, à esquerda: 2,6 cm.

VIT. 7 O desenvolvimento e intensificação do tipo de economia de recolecção e caça, adoptado pelas comunidades humanas pós-glaciárias do litoral e das áreas fluviais estuarinas, conduz, a partir de meados do 6.º milénio a.C., no caso português, ao aparecimento de concheiros que chegam a formar compactos volumes de vários milhares de metros cúbicos, sobretudo nos antigos estuários do Sado e do Tejo, principalmente em Muge. Preenchendo um vasto período de tempo correspondente ao ***Mesolítico Pleno***, que se estende até ao 3.º milénio a.C. – ocasião em que comunidades neolíticas se teriam já instalado naquelas regiões – estes concheiros são jazidas arqueológicas muito ricas e diversificadas. Conhecem-se aí restos de fauna consumida, utensílios em osso e pedra – de que sobressaem os micrólitos geométricos – objectos de adorno diversos, estruturas de habitação, e enterramentos de adultos e de crianças.

A fauna consumida, embora dominada em termos quantitativos pelas conchas de moluscos, é qualitativamente variada, contribuindo os mamíferos (javali, veado, cavalo, auroque), os peixes e as aves com cerca de metade do valor calórico da dieta alimentar. Pelo menos nos concheiros do Sado existem fortes indícios de uma organização territorial complexa, de carácter sazonal (Outono/Inverno e Primavera/Verão), expressa em acampamentos principais rodeados por um número variável de pequenos sítios onde se praticava uma recolha selectiva de alimentos.

O tipo de indústria lítica conhecido nos concheiros dos vales do Tejo e do Sado encontra-se também presente em alguns outros locais, entre os quais o do Forno da Telha (Rio Maior), igualmente representado nesta vitrina.

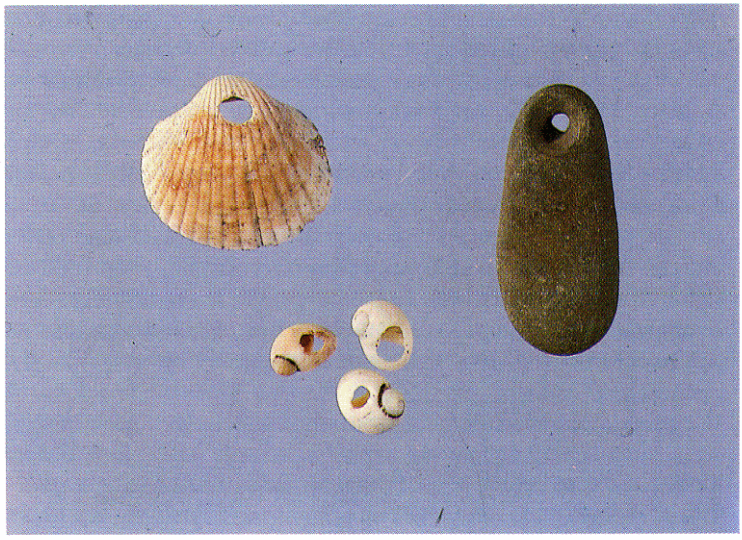


Conjunto de **instrumentos microlíticos,** em sílex, do concheiro do Cabeço da Arruda (Muge) (*Vit. 7*). Da esquerda para a direita: 5 trapézios, 1 furador múltiplo e um resíduo de microburil. Comprimento do primeiro trapézio: 1,9 cm.

De salientar o resíduo de microburil, que corresponde a uma das mais importantes técnicas do trabalho da pedra desenvolvidas no Mesolítico: a chamada "técnica do microburil", através da qual as lâminas e as lamelas eram segmentadas, por forma a obterem-se as diferentes figuras de micrólitos geométricos constantes da mesma imagem.

O chamado "**triângulo de Muge**", micrólito geométrico de forma alongada e com o vértice lateral destacado sob a forma de um pequeno espigão, constitui um dos artefactos mais característicos dos concheiros do Vale do Tejo.

Na foto, um exemplar, em sílex, proveniente do Cabeço da Arruda (Muge) (*Vit. 7*). Comprimento: 2,75 cm.

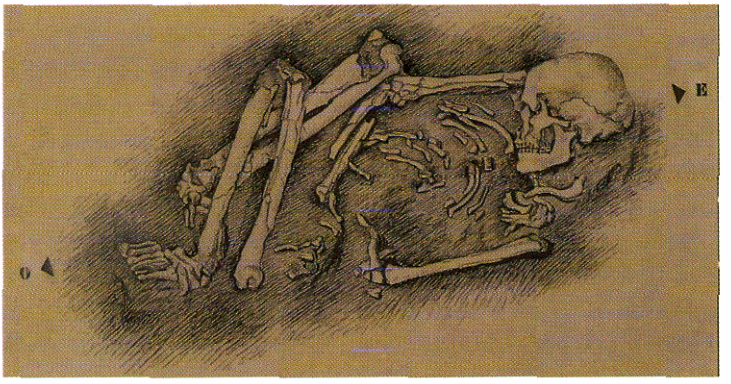


Objectos de adorno do concheiro de Moita do Sebastião (Muge) (*Vit. 8*). Em cima: 1 concha de *Cerastoderma edule (ex. Cardium edule)* e 1 seixo de xisto, ambos perfurados; em baixo, ao centro: 3 conchas de *Theodoxa fluviatilis (ex. Nerithina fluviatilis)* perfuradas. Comprimento do seixo: 3,85 cm.

Fragmento de haste de cervídeo, do concheiro de Amoreiras (Sado) (*Vit. 7*). Eixo maior: 11,5 cm.

VIT. 8 Provenientes principalmente dos concheiros de Cabeço da Arruda (em Muge) e Amoreiras (no Sado), os materiais expostos nesta vitrina ilustram bem a riqueza de espólios acabada de referir, particularmente evidente nos aspectos relacionados com o ***enterramento dos mortos***. O Museu possui uma das maiores colecções antropológicas do Mesolítico europeu, a qual permite verificar que estes homens tinham estatura e aspecto físico semelhantes aos da actual população portuguesa.

Os habitantes dos concheiros polvilhavam os seus mortos com ocre e purificavam-nos pelo fogo — sem no entanto os cremarem. Deitavam-nos em seguida de costas, com as pernas semiflectidas e os braços cruzados, ou colocados na posição fetal, adornando-os com conchas, dentes perfurados e outros objectos, presenteando-os com oferendas rituais, sob a forma de moluscos por abrir.



Enterramento n.º IV, do concheiro de Cabeço das Amoreiras (Sado) (*Vit. 8*). Desenho de Dario de Sousa.

O Neolítico

Tradicionalmente definido pela técnica de polimento de utensílios de pedra e pelo fabrico de cerâmica, o Neolítico é, antes do mais, caracterizado pelo desenvolvimento da agricultura e da pastorícia, o que se traduz na capacidade de seleccionar, reproduzir e acumular os recursos alimentares.
Este novo modelo de relação do Homem com a Natureza encontra-se presente desde o 9.º milénio a.C. no chamado "Crescente Fértil" do Próximo Oriente.

A passagem das sociedades de economia simples, baseada na depredação da Natureza, para sociedades de economias produtoras de alimentos, constitui um complexo processo onde se cruzam aspectos de natureza antropológica e histórica. A ocorrência quase simultânea de diferentes focos de neolitização em regiões tão distantes como o Crescente Fértil, a Meso-América e o Extremo Oriente, permite considerar a existência de leis gerais de natureza antropológica; as especificidades de cada um destes processos, constituindo mosaicos de características diversas, traduz-se em percursos históricos próprios.

O Neolítico apresenta-se, portanto, como um conjunto de componentes variadas, de que se salienta uma economia baseada na agricultura e na pastorícia, com reflexos ao nível tecnológico (pedra polida, cerâmica e tecelagem) e importantes consequências sociais: a vida sedentária em aldeia e um novo Universo Sagrado, baseado no culto da Terra, considerada como Deusa-Mãe.

A neolitização da Europa tem sido tradicionalmente explicada através de duas perspectivas teóricas distintas: como o resultado de evoluções locais sem a intervenção de quaisquer factores exógenos (Evolucionismo), ou através de transferências culturais efectuadas em bloco, a partir de um foco difusor, neste caso o Próximo Oriente (Difusionismo). Deste processo resultaria uma

verdadeira "Revolução Neolítica" operada no seio das comunidades de caçadores-recolectores.

Hoje, confere-se uma ênfase particular ao papel desempenhado pelas populações locais mesolíticas, que nalguns casos praticaram já uma sedentarização mais ou menos avançada, recorreram à armazenagem de "stocks" alimentares e iniciaram a domesticação de algumas espécies animais. O Neolítico surge assim inserido num *continuum* onde às tradições culturais locais se irão aliar, em contextos ecológicos diversificados, as primeiras sociedades agrícolas.

É assim que, ao longo do 6.º e 5.º milénios a.C., graças aos progressos da navegação, se expande uma economia de produção em todo o Mediterrâneo central e ocidental – espaço privilegiado de circulação de ideias e técnicas, verificando-se a presença de ovicaprídeos, de certas variedades de trigo (*Triticum monococcum, Triticum dicoccum, Triticum aestivo compactum* e *Triticum aestivum*) e de cerâmicas impressas*, por vezes com marcas de concha de berbigão (família *Cardidae*), nos estratos mais antigos destas regiões.

Ao mesmo tempo que grutas e abrigos continuam a ser utilizados como *habitats* ou necrópoles, surgem os primeiros povoados atestando grande diversidade de soluções na escolha dos lugares, na planta das cabanas, na disposição das diversas áreas funcionais, nos sistemas de defesa, etc. No entanto, predomina o povoado de média ou pequena dimensão (embora disperso na paisagem), situado em regiões férteis, nas proximidades de cursos de água.

Ao seleccionar certas plantas protegendo-as e reproduzindo-as o Homem assegura doravante a base do seu alimento milenário — o *pão*.
Os primeiros cereais cultivados são o trigo e a cevada.

PL. 2 A necessidade de arroteamento dos campos para ***a prática da agricultura*** exigiu novos instrumentos: machados e enxós em pedra polida, fixados a um cabo de madeira, constituíram provavelmente os principais instrumentos utilizados na preparação dos solos; as mós (compostas por duas peças: movente e dormente) encontram-se igualmente entre os mais antigos vestígios ligados à prática da agricultura, e completam o quadro das grandes inovações tecnológicas do Neolítico.

Mó (movente e dormente), do povoado de Vale Pincel I (Sines) (*Vit. 9*). Neolítico Antigo. Comprimento do elemento dormente: 22 cm.

Em Portugal, ***os mais antigos vestígios de comunidades neolíticas*** datam de finais do 6.º milénio a.C. e distribuem-se ao longo da faixa costeira atlântica, de Sagres ao Cabo Mondego, realçando o seu carácter marcadamente marítimo e fluvial. VIT. 9

Nesta fase antiga do Neolítico, as comunidades humanas teriam ainda uma economia mista, em que a par de uma agricultura incipente e da pastorícia, predominavam as actividades de recolecção, caça e pesca — o que explica o carácter sazonal de alguns destes *habitats*, e encontra reflexo no tipo de equipamento tecnológico existente: ao lado de instrumentos de pedra polida e das chamadas cerâmicas cardiais*, regista-se uma importante indústria lítica de carácter microlaminar e geométrico, de tradição mesolítica.

Vaso de cerâmica com decoração cardial, dos arredores de Santarém (*Vit. 9*). Neolítico Antigo. Comprimento: 26,7 cm.
As cerâmicas do Neolítico Antigo da bacia do Mediterrâneo apresentam, frequentemente, decoração plástica incisa e impressa com matrizes muito variadas entre as quais as conchas de berbigão (família *Cardidae*) que está na origem de um estilo decorativo designado por "cardial".

Entre os materiais deste tipo, salientam-se os conjuntos de cerâmicas impressas e incisas* do Abrigo I de Bocas, do Vale da Mata e do Escoural, e os grandes vasos esféricos, de forma globular, provenientes de Santarém (com decoração cardial e colo cilíndrico) e da Senhora da Luz (com decoração plástica e impressa). Especial referência merecem ainda os espólios de dois sítios arqueológicos do Alentejo litoral: Vale Pincel I, considerado o povoado mais antigo da área de Sines que evidência uma forte filiação mesolítica visível ao nível da sua indústria lítica; e o povoado da Salema, integrável numa fase evoluída do Neolítico Antigo, patente na maior abundância de instrumentos de pedra polida e de elementos de mó.

Na ***Estremadura portuguesa entre o 4.º e o 2.º milénios a.C.***, as comunidades neolíticas utilizam para morada derradeira dos defuntos sepulcros dolménicos* e grutas naturais, hipogeus* escavados na rocha branda e, num período mais recente (Calcolítico), sepulcros de falsa cúpula*. VIT. 10

Indústria lítica (micrólitos geométricos, lâminas e lamelas, raspadores e raspadeiras), do Abrigo I de Bocas (Rio Maior) (*Vit. 9*). Neolítico Antigo. Comprimento da primeira peça, em cima, à esquerda: 6,4 cm.

Apesar da sua acentuada variabilidade arquitectónica, é inegável que estes espaços funerários obedecem a uma mesma ideia de fundo e permanecem em uso por sucessivas gerações, provavelmente unidas por laços de parentesco ou de linhagem.

Esta permanência dos espaços funerários contrasta de algum modo com o que se observa na maioria dos povoados: a sua implantação obedece quer às necessidades de protecção, preferindo-se os locais elevados com boas condições naturais de defesa, quer à função específica de cada sítio, na trama de relações existentes entre os diversos espaços habitados de uma dada região geográfica.

Do Neolítico Médio da Estremadura, contemporâneo dos inícios do Megalitismo do Alentejo (v. vitrina 11), salienta-se o conjunto da Gruta do Lugar do Canto, uma gruta natural que serviu como sepulcro colectivo, tal como as grutas dos Carrascos e da Galinha, estas porém ocupadas até épocas mais recentes. Às cerâmicas impressas e incisas do Neolítico Antigo, sucedem-se nestes locais cerâmicas predominantemente lisas, de formas muito simples; porém, os adornos que acompanham os mortos, feitos a partir de conchas, mantêm a tradição anterior, comum a toda a bacia do Mediterrâneo. De salientar a ocorrência em algumas destas grutas sepulcrais das placas de xisto tão características do Megalitismo do sul do País.

Nesta vitrina, onde se pretendeu mostrar uma longa evolução de mais de 2 mil anos de história humana na Estremadura portuguesa, cobrindo portanto um vasto período que vai desde o Neolítico Médio até ao Calcolítico Final, optou-se por tratar separadamente, nos respectivos capítulos, os materiais e sítios arqueológicos representados. Assim, o restante sector da vitrina encontra-se incluído adiante, no capítulo sobre a Idade do Cobre.

Espólio da Gruta dos Carrascos (Alcanena): **adornos e conchas** (*Vit. 10*). Neolítico Médio. Diâmetro médio dos braceletes: 5,5 cm.

Vaso de cerâmica lisa, da Gruta dos Carrascos (Alcanena) (*Vit. 10*). Neolítico Médio. Diâmetro máximo: 21 cm.

Vasos de cerâmica lisa, da Gruta da Galinha (Torres Novas) (*Vit. 10*). Neolítico Médio. Diâmetro médio dos vasos: 10 cm.

Às cerâmicas incisas e impressas que caracterizam o Neolítico Antigo sucedem-se no Neolítico Médio, sem descontinuidades visíveis, cerâmicas lisas de formas esféricas, que parecem dar forma a uma aparente unidade civilizacional que inclui também o fenómeno megalítico*.

O Fenómeno Megalítico

Amplamente difundido em toda a Europa Atlântica a partir do 5.º milénio a.C. o Megalitismo exprime pela primeira vez a necessidade das comunidades humanas ordenarem o seu espaço, em termos físicos e simbólicos. A vitalidade e a individualização das culturas locais afirma-se pela construção de espaços monumentais que, embora obedecendo a uma mesma concepção, revelam soluções arquitectónicas muito diversificadas. A faixa litoral da Península Ibérica constitui um dos mais importantes e antigos núcleos do Megalitismo europeu.

O processo de fixação à terra, por parte dos diferentes grupos neolíticos, tem como consequência um mais acentuado controlo e ordenamento dos territórios, assim como uma maior divisão social do trabalho. Inevitavelmente, este processo surge ainda como elemento potenciador de conflitos que a crescente autoconsciência de cada comunidade sublinhava.

Neste contexto, a referência histórica e mitológica a raízes comuns, personificadas em antepassados ou linhagens familiares preponderantes, surge como forma de reequilíbrio social, susceptível de assegurar o êxito, ou seja, de orientar toda a sociedade para a produção de bens e a acumulação de excedentes.

A construção de recintos monumentais sagrados (cultuais ou funerários), feitos com grandes blocos de pedra (e por isso chamados "megalíticos"), constitui afinal uma das primeiras manifestações desse processo de reorganização social que, a breve prazo, conduzirá à emergência de "grandes homens", cujo poder se organiza em chefaturas, próprias dos finais do Neolítico e primeiras idades dos metais. O Megalitismo não é, pois, um período cronológico-cultural definido, mas um epifenómeno social que atravessa verticalmente diferentes épocas, desde o Neolítico Médio até à Idade do Cobre (Calcolítico) ou mesmo à Idade do Bronze.

Exemplos mais característicos do tipo de arquitectura megalítica referida, os dólmenes ou antas* são monumentos funerários de construção e utilização colectivas, feitos com grandes lajes e cobertos por uma mamoa de terra e pedras, definindo um espaço mais ou menos circular, provido de um corredor de acesso – configurando uma verdadeira gruta artificial. A construção de um tal monumento, que materializa um imaginário arquitectónico muito difundido pela Europa atlântica e pelo Mediterrâneo, é o resultado de um projecto continuado por largo tempo; e pressupõe por vezes um enorme dispêndio de força de trabalho – inexplicável sem um forte interesse e suporte colectivos. Nos sepulcros megalíticos se reúnem, em suma, as preocupações religiosas com o Além, a agregação social em torno de antepassados comuns e a própria demarcação simbólica (e física em muitos casos) dos territórios explorados por cada comunidade.

Laje insculturada, de Casal, Insalde (Paredes de Coura) (*Plinto 1*). Granito. Neolítico Final/Calcolítico. Comprimento: 180 cm.

PL. 3 Neste mesmo universo cultural e simbólico se incluem ***os menires****; monólitos erectos dispostos isoladamente ou em conjunto, formando alinhamentos* e cromeleques*. Naturalisticamente fálicos, lisos ou decorados com motivos simbólicos, evocam as forças vitais e o mito da renovação. São monumentos que ordenam os espaços em termos físicos e psíquicos, directamente ligados ao sagrado e à observação dos fenómenos astrais.

VIT. 11 Se o Neolítico Antigo é ainda escassamente conhecido no Alto Alentejo, a partir do Neolítico Médio é grande a diversidade dos espaços funerários localizados naquela região onde se

Conjunto megalítico de várias antas do Alentejo (*Vit. 11*). Neolítico Final/ /Calcolítico. Comprimento da placa de xisto: 19,9 cm.

conhecem também alguns dos seus correspondentes povoados, bem como um número significativo de santuários e espaços rituais do final do Neolítico e do Calcolítico.

Embora as grutas naturais, como a do Escoural, tenham sido longamente utilizadas como necrópoles desde o Neolítico Antigo a grande riqueza do ***Megalitismo do Alto Alentejo*** reside indubitavelmente nos monumentos funerários dolménicos. No início da muito longa série de formas arquitectónicas aí registadas, é costume colocarem-se as chamadas "cistas* megalíticas", como a do Azinhal 3 (Coruche), pequenas sepulturas que sugerem uma prática muito antiga de enterramento individual e que podem ter perdurado até épocas bastante recentes, sobretudo em áreas periféricas, com solos mais pobres. O espólio nelas recolhido é constituído por micrólitos geométricos, machados e enxós de secção circular e polidos quase só no gume, sendo escassos os restos de vasos de barro.

Também os monumentos de pequenas dimensões com câmara irregularmente poligonal e corredor curto para enterramento colectivo, característicos da região de Monsaraz, são considerados antigos dentro da série de sepulcros dolménicos, embora o seu espólio seja relativamente mais rico, incluindo característicos recipientes cerâmicos semiesféricos, com bordo demarcado e cuidado acabamento da superfície, com engobe vermelho (almagre). Conhecem-se nos arredores de Monsaraz alguns povoados correspondentes a este horizonte; são povoados abertos, implantados em locais sem condições naturais de defesa, e pare-

Espólio da Anta Grande da Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo) (*Vit. II*). Neolítico Final/Calcolítico. Comprimento da figura zoomórfica (coelho): 1,8 cm.

cem corresponder a zonas de escasso povoamento — o que pode confirmar a ideia, já antiga, de que estas populações tenham subsistido essencialmente com base na pastorícia.

No 4.º e 3.º milénios a.C. as grandes antas com câmaras poligonais altas e longos corredores de acesso demonstram a grandiosidade atingida pela arquitectura megalítica. Dela são exemplos as grandes antas do Zambujeiro (Évora), Olival da Pega (Monsaraz) e Comenda da Igreja (Montemor-o-Novo), estas duas últimas aqui representadas.

Ao nível dos espólios, sublinham-se os ídolos-placas, em xisto ou arenito, bem demonstrativos da riqueza da vida espiritual destas populações, assim como os objectos em pedra lascada e a simplicidade formal dos vasos de cerâmica e dos objectos de adorno. É nesta época também que os povoados se tornam mais estáveis, localizando-se preferencialmente em sítios elevados e correspondendo a comunidades onde já deveria existir uma grande divisão social do trabalho.

O *tholos**, sepulcro com tecto de falsa cúpula, em parte contemporâneo dos grandes dólmenes de corredor que continuavam a ser utilizados é outra arquitectura do espaço funerário megalítico, no sentido amplo que aqui temos dado ao termo, ou seja, correspondendo aos mesmos padrões de organização do espaço funerário; neste caso, porém, encontra-se estritamente relacionada com comunidades que praticam a metalurgia. Finalmente, o espaço habitacional adquire nesta fase um novo estatuto, sendo por vezes fortificado o que acentua a identidade de cada aglomerado populacional.

Báculo, da Anta da Herdade das Antas (Montemor-o-Novo) e **placa de xisto**, do *tholos* do Escoural (Montemor-o-Novo) (*Vit. 11*). Neolítico Final/Calcolítico. Comprimento do báculo: 44,7 cm.

As placas de xisto, de decoração e *silhueta geométricas* ou antropomórficas, assim como os báculos (bastante mais raros e que tão sugestivamente lembram os actuais símbolos *bispais*) *constituem um dos* aspectos mais característicos e originais do Megalitismo alentejano. São certamente objectos rituais relacionados com o culto *dos mortos*, colocados provavelmente sobre o seu peito ou ao seu lado.

Espólio do *tholos* do Escoural (Montemor-o-Novo) (*Vit. 11*). Calcolítico. Altura do 1.º vaso, à esquerda: 8,8 cm.

As ***estelas* e estátuas-menir**** constituem a expressão de um vasto movimento ideológico-religioso que se estende desde o Próximo Oriente à Península Ibérica, podendo ter origem em qualquer destas duas áreas geográficas. PL. 4 e 5

Elas podem surgir incluídas em contextos claramente funerários ou isoladamente, em locais afastados dos *habitats*, pouco propícios para a agricultura – possíveis zonas de caça ou lugares sagrados. A sua marcada individualidade, tanto física como temática, pode por outro lado fazê-las corresponder a uma certa alteração dos modos de representação do sagrado, expressos pelos amplos santuários rupestres de ar livre, de que são exemplo os santuários de Bouça do Colado, em Lindoso (Ponte da Barca) e do Vale do Tejo, em Ródão.

As condições de jazida referidas, a ênfase posta na representação da figura humana, intencionalmente destacada, e a sua própria distribuição cronológica, desde o Neolítico Final até à Idade do Bronze (com uma maior expansão no Calcolítico), tudo são factores que apontam para a interpretação das estelas e das estátuas como espíritos tutelares dos grupos, como divindades ligadas aos cultos da fecundidade ou como personagens heroicizadas.

Estela, da Quinta do Couquinho (Torre de Moncorvo) (*Plinto 5*). Granito. Neolítico Final/Calcolítico. Altura: 30 cm.

VIT. 17 Outro núcleo importante do Megalitismo português é constituído pelos ***monumentos megalíticos da Beira***, por vezes reutilizados até à Idade do Bronze, e frequentemente assinalados por vastas mamoas, agrupadas em necrópoles. O seu espólio, abundante em grandes dólmenes de corredor como o de Carapito I (Aguiar da Beira), inclui um tipo de vaso particular, em forma de tronco de cone invertido, sendo escassos os objectos votivos e de adorno que tão marcadamente caracterizam o Megalitismo do sul do País.

PL. 1 e 6 Muitas destas antas de corredor, cuja face interna dos esteios é decorada com insculturas gravadas por picotagem e pinturas a vermelho, negro e a branco, constituem o mais importante aspecto da ***arte rupestre funerária megalítica***. A temática decorativa apresenta-se muito variada: motivos astrais, geométricos, humanos e zoomórficos, por vezes incluídos em cenas de caça. O dólmen, chamado "Orca dos Juncais", em Vila Nova de Paiva, de que se exibe no plinto 6 um fragmento de esteio pintado com duas figuras antropomórficas, insere-se, pois, num contexto regional muito bem marcado, que tem o distrito de Viseu por centro e se encontra igualmente expresso, entre outros, nos monumentos de Antelas (Oliveira de Frades), Carapito I (Aguiar da Beira) e Pedralva (Viseu).

Vaso troncocónico, da Orca dos Juncais (Vila Nova de Paiva) (*Vit. 17*). Calcolítico Final/Idade do Bronze. Altura: 13 cm.

Esteio pintado, da Orca dos Juncais (Vila Nova de Paiva) (*Plinto 6*). Granito. Neolítico Final/Calcolítico. Altura média das figuras antropomórficas: 15 cm.

A Idade do Cobre

A partir do 4.º milénio a.C. usam-se os animais para tracção e transporte, aproveita-se o leite e a lã.
Com o trabalho dos metais surgem novos instrumentos, separam-se os ofícios dos trabalhos da terra.
Mas se, por um lado, se alargam as rotas comerciais e os contactos entre gentes de todo o Mediterrâneo, por outro, acentua-se o comportamento agrário dos homens.
É o apogeu da arquitectura megalítica e do culto à Grande Deusa-Mãe.
Inovam-se as técnicas de combate e utilizam-se objectos de prestígio como atributos de poder.

Tal como se disse nos capítulos anteriores, a economia neolítica conduziu ao desigual desenvolvimento das capacidades de produção e acentuou os regionalismos e a variabilidade dos grupos humanos.

Transformado o mundo em mosaico de tradições diferenciadas, acrescenta-lhe o engenho dos homens novas mudanças: quando os animais começam a ser utilizados para tracção e transporte — e não apenas abatidos para alimento — desencadeia-se a chamada "revolução dos produtos secundários", de que o leite e a lã são exemplos. Fica então aberto o caminho a um conjunto de inovações tecnológicas ausentes no Neolítico Antigo, tais como o arado, a roda, o carro de bois, o uso do cavalo para montada e, por último, a metalurgia. Estas inovações reflectem-se de modo fundamental sobre o desenvolvimento agrícola, o comércio à distância e o contacto das culturas. Os excedentes alimentares assim obtidos permitem o aparecimento de artífices especializados e possibilitam a diversidade dos ofícios que se vão progressivamente afastando do trabalho rural.

E nessa teia social cada vez mais complexa, acentua-se uma nova hierarquia de direitos sobre a propriedade e estratificam-se os estatutos políticos e religiosos. O controlo dos territórios, das jazidas de minério e dos segredos ligados à produção de objectos metálicos condiciona decididamente as relações dos grupos e dos homens entre si. O aumento da rivalidade está na origem de um comportamento guerreiro que assegura a ordem das coisas, os estatutos adquiridos, a primazia do grupo.

Quando a navegação marítima – experimentada no leste mediterrânico e nas ilhas do Egeu – possibilita a regularidade dos contactos entre o Oriente e o extremo Ocidente do Mundo Antigo, esta finisterra a que hoje chamamos Península Ibérica está finalmente aberta à via dos contactos económicos e culturais que contribuem para a definição da Idade do Cobre ou Calcolítico.

No sudoeste ibérico, entre Aznalcollar e a Serra da Caveira, afloram os chapéus-de-ferro, ricos em cobre, ouro e prata, facilmente exploráveis por uma tecnologia metalúrgica primitiva. Privilegiam-se os rios como vias de comunicação; o recurso à irrigação artificial, introduzida com a metalurgia, permite aumentar a produtividade de territórios restritos com solos pobres.

Como consequência, as comunidades restringem-se no espaço; aumenta a identidade de cada grupo, posto que também a rivalidade e, com ela, a necessidade de defesa. Usa-se largamente o arco e a flecha e constroem-se muralhas com torres e bastiões redondos, reflexo de uma arquitectura de combate então em voga, por todo o mundo mediterrânico.

VIT. 10 (cont.) ***O centro litoral português***, cuja densidade e riqueza do povoamento acompanhámos já até ao final do Neolítico (v. primeiro sector desta vitrina, comentado no capítulo sobre o Neolítico), continua a constituir durante o Calcolítico uma das regiões melhor conhecidas no nosso país. No seu interior, duas zonas merecem particular referência: a dos arredores de Lisboa, entre a Amadora e Queluz, e a da Península de Setúbal, em Palmela.

Copo canelado e vasos campaniformes, de Casal do Pardo (Palmela) e Lapa da Rotura (Setúbal) (*Vit. 10*). Calcolítico. Altura do copo canelado: 10,9 cm.

Nos arredores de Lisboa, para além das colecções encontradas em diversos dólmenes e em povoados como os da Espargueira e Serra das Éguas (onde se destacam as cerâmicas com bordos denteados*, a utensilagem em osso – furadores, espátulas, pendentes, etc. – e uma abundante indústria lítica), salienta-se o extraordinário espólio dos hipogeus de Carenque, construídos no final do Neolítico e sucessivamente ocupados até ao Calcolítico Final.

Semelhantes aos de Carenque são os hipogeus do Casal do Pardo, Quinta do Anjo (Palmela), verdadeiras jóias do património arqueológico português e sobremaneira conhecidos pelo seu espólio datável do Calcolítico Final. De salientar os vasos chamados "copos canelados"* e a cerâmica campaniforme*, entre a qual as famosas "taças de tipo Palmela", grandes recipientes baixos e largos, profusamente decorados com motivos geométricos nos bordos, nas paredes e por vezes, no próprio fundo, onde também se gravam motivos animais, designadamente cervídeos.

Pouco comum pelas suas formas e ornatos, assim como pela qualidade da sua pasta, esta cerâmica utilizada certamente em actos rituais, que aliás surge em estreita ligação com a metalurgia, constitui uma clara manifestação do prestígio que o artífice usufruía na comunidade.

Pormenor de taça campaniforme (com figurações de cervídeos), de Casal do Pardo (Palmela) (*Vit. 10*). Calcolítico Final. Diâmetro: 25,9 cm.

VIT. 12 Se o metal modela toda a História Antiga da faixa periférica ocidental da Península, e separa o Norte do Sul, é natural que a desembocadura do Tejo tenha sido o palco de um permanente balancear entre estímulos exteriores e patrimónios locais.

A origem do ***Calcolítico da Estremadura*** pode ser procurada no Neolítico Final da região, afeiçoado por contributos exteriores que lhe conferem marcada singularidade. Porém, a sua evolução interna é apenas perceptível a partir de algumas estratigrafias e da tipologia da cerâmica.

Nos finais do 4.º milénio, assiste-se à implantação das comunidades em locais de média extensão, com boas condições naturais de defesa, normalmente em sítios pouco elevados e em forma de esporão. A localização desses povoados de altura – com uma ampla área de captação de recursos e abrangendo, em norma, terras de grande fertilidade agrícola – mostra que os seus habitantes tinham uma prática quotidiana muito ligada aos produtos da terra, mantendo entre si e com o exterior intensos contactos por via fluvial.

Sítios fortificados como o Zambujal (Torres Vedras) ou Vila Nova de São Pedro (Alenquer), são expressões das necessidades de defesa e domínio territorial da comunidade e também símbolo de prestígio e poder. Em ambos os locais, a actividade de construção é sucessivamente retomada por um largo período de

Fragmento de cerâmica com decoração em "folha de acácia", do Castro de Pragança (Cadaval) (*Vit. 12*). Calcolítico Médio. Comprimento: 10,8 cm.

tempo, por certo centenas de anos. No Zambujal é possível constatar que diferentes tácticas defensivas influenciaram os cinco grandes projectos arquitectónicos, conceptualmente diferenciados, que ali se sucedem. Comum a todos os povoados de altura é o seu carácter de cidadela, de sabor acentuadamente mediterrânico, sublinhado pelas casas redondas com lareira central e tecto em falsa cúpula.

Comparando a arquitectura e a extensão de alguns sítios como Zambujal e Vila Nova de São Pedro, com a de outros povoados de dimensões mais reduzidas, parece inegável a existência de lugares centrais e de uma hierarquia de funções, em que as potencialidades de acesso ao mar e às matérias-primas terão desempenhado um papel relevante.

Apresenta-se nesta vitrina um conjunto de objectos que caracterizam as principais actividades dos habitantes destes povoados: produção de artefactos metálicos, tecelagem, olaria, agricultura, pesca, caça, pastorícia, construção e actividades de carácter religioso.

As ***necrópoles do Calcolítico na Estremadura*** compreendem, para além das grutas naturais ou artificiais e dos dólmenes, os sepulcros de falsa cúpula, que representam uma singular materialização do espaço funerário megalítico, de inspiração marcadamente mediterrânica. O emprego de grandes blocos calcários confere aos monumentos desta região um aspecto grandioso. O sepulcro com tecto de falsa cúpula (ou *tholos*) do Barro, localizado nos arredores de Torres Vedras, é disso um bom exemplo. Apresentam-se nesta vitrina os espólios descobertos em quatro monumentos deste tipo: os *tholoi* do Barro e Serra das Mutelas (Torres Vedras), São Martinho (Sintra) e Tituaria (Mafra). Salientam-se os objectos de culto, como os ídolos e vasos de calcário e de osso, adornos diversos, e objectos de carácter mais utilitário como machados, enxós e flechas. Também na gruta natural do Correio-Mór (Loures), aqui representada, se encontra o mesmo tipo de espólio. VIT. 13

Objectos votivos, provenientes de sepulcros de falsa cúpula da Estremadura: *tholoi* de S. Martinho (Sintra) e do Barro (Torres Vedras) *(Vit. 13)*. 2 vasos de calcário e 1 falange decorada. Calcolítico. Comprimento da falange: 7,1 cm.

VIT. 14 Os penhascos xistosos do ***Baixo Alentejo e Algarve*** incluem-se na chamada faixa piritosa ibérica, uma das maiores concentrações de minério de todo o Mundo Antigo cujos chapéus-de-ferro – massas oxidadas que por vezes afloram à superfície, bem no coração das serranias – foram explorados desde o Calcolítico. Essas comunidades mineiras que, desde os finais do 4.º milénio, calcorrearam aquela vasta região, estabeleceram por vezes os seus povoados sobre os próprios chapéus-de-ferro, como em Aljustrel ou no Cortadouro (Ourique), ou nas suas proximidades, frequentemente em zonas inóspitas onde a subsistência só se tornava possível pelo recurso ao regadio e dominando zonas geograficamente restritas mas sempre implantadas sobre vias de comunicação tradicional.

A arquitectura destes primitivos metalurgistas é muito próxima daquilo que já conhecemos na Estremadura, fortificando-se povoados com muralhas providas de torres e bastiões, e predominando o sepulcro de falsa cúpula nas necrópoles.

Apresentam-se nesta vitrina objectos encontrados nos povoados calcolíticos do Outeiro de São Bernardo (Moura), onde se destaca a cerâmica campaniforme. Mostram-se ainda objectos recolhidos em diversos sepulcros megalíticos.

Ídolo oculado e com tatuagem facial, de Moncarapacho (Olhão) (*Vit. 14*). Calcário. Calcolítico. Comprimento: 5,3 cm.

Pequenas esculturas como esta, enigmáticas mas profundamente sugestivas no tratamento dos "olhos", são próprias das comunidades que povoaram o Sul da Península Ibérica durante o Calcolítico. É *possível interpretá-las* como representações solares da "Deusa-Mãe" ou de uma "Deusa dos Olhos"; no entanto, a sua evidente semelhança com os olhos das corujas per*mite também atribuir-lhes* um significado nocturno e relacioná-las com o culto dos mortos.

O desenvolvimento do Neolítico e do Calcolítico no Algarve ocidental revela traços comuns com o que se observa noutras regiões do território. Nesta vitrina, apresentam-se objectos provenientes de alguns monumentos da ***necrópole de Alcalar*** (Portimão) – um dos mais importantes locais para o conhecimento do Megalitismo e dos primeiros metalurgistas da Europa. A ocupação do sítio deve ter-se iniciado durante o final do Neolítico, época de construção do dólmen n.º 1. VIT. 15

O acesso a jazidas metalíferas situadas nas faldas da Serra de Monchique, a facilidade de comunicação com o mar – dado que o sítio se localiza no limite de navegabilidade da Ribeira do Verde – e a disponibilidade sobre os terrenos envolventes, de fácil irrigação, facilitaram naquele local o desenvolvimento de uma comunidade metalúrgica, durante vários séculos.

A envolvente imediata do povoado principal foi demarcada por uma vasta necrópole, constituída por núcleos de monumentos megalíticos, cobertos por grandes mamoas que se dispõem sobre os pontos mais elevados em redor do povoado.

A monumentalidade da arquitectura funerária e o carácter de objecto de prestígio das dádivas ali descobertas (armas metálicas, vasos de cerâmica, adornos, etc.) não deixam muitas dúvidas quanto à relevância das pessoas sepultadas neste cemitério. A complexidade arquitectónica de alguns monumentos, com câmaras secundárias e nichos laterais, e o aparecimento de objectos de ouro, com carácter essencialmente prestigiante, sugerem, por outro lado, que algumas personagens começaram a ocupar posição especial no universo dos antepassados.

Materiais provenientes de vários monumentos megalíticos da necrópole de Alcalar (Portimão) (*Vit. 15*). Calcolítico. Altura do vaso maior: 13,3 cm.

VIT. 16 Os ***povoados calcolíticos do Norte de Portugal*** correspondem a uma significativa ocupação traduzida no aumento considerável de sítios habitados e situam-se preferencialmente em locais elevados, de encosta, próximos dos vales férteis que ladeiam os principais rios desta região.

Estas comunidades sedentárias, praticantes de uma agricultura avançada, manifestam uma acentuada preferência por cerâmicas profusamente decoradas com motivos variados e estilisticamente muito próximos do mundo meridional e mediterrânico.

De realçar também a presença de cobre arsenical em povoados como a Vinha da Soutilha (Chaves), logo nos meados do 4.º milénio, o que, dada a sua inexistência nesta área, permite supor que um amplo movimento de trocas estaria já em curso. Inscrevendo-se num quadro cultural muito rico e diversificado, estas populações constituem somente um dos núcleos culturais aqui assinalados, num período temporal durante o qual se desenvolveu também a maior parte da arquitectura funerária megalítica. Uma certa dualidade parece, pois, confrontar-se nesta região: por um lado, os sepulcros megalíticos – verdadeiros marcadores territoriais e simbólicos – em cujo espólio predominam as cerâmicas lisas; por outro lado, as comunidades calcolíticas, as quais, na apropriação que fazem do território, dão maior ênfase aos seus próprios espaços habitados, valorizando-os designadamente através da exuberância das suas produções cerâmicas.

Fragmento de vaso de cerâmica com decoração incisa "de tipo Penha", do povoado de S. Lourenço, Eiras (Chaves) (*Vit. 16*). Calcolítico. Comprimento: 17 cm.

A Idade do Bronze

O desenvolvimento de centros proto-urbanos e das rotas do comércio dos minérios está na origem da emergência de poderes políticos presumivelmente assentes em linhagens familiares.
Os povoados com funções centrais diferenciam-se então, definitivamente, do mundo rural que se organiza em pequenas e dispersas unidades agrícolas.
Nas necrópoles, as sepulturas sublinham o crescente papel atribuído ao indivíduo e privilegiam a posição dos chefes guerreiros — herdeiros e representantes de antepassados heroicizados.

Qualquer olhar atento sobre o que resta da cultura material das comunidades que habitavam o território hoje português durante a Idade do Bronze, entre os finais do 3.º milénio e o século VIII a. C., conduz à elementar observação de que não existem rupturas tecnológicas visíveis com o período anterior. De facto, o cobre arsenical continuava ainda a ser largamente utilizado no sul do território português, pelo menos até finais do 2.º milénio e a tecnologia do bronze surgirá somente como um passo mais no sentido do aperfeiçoamento das práticas metalúrgicas.

Porém, aquilo que individualiza a Idade do Bronze é a diversificação dos instrumentos e uma acentuada transformação social.

O poder encontra-se cada vez mais concentrado nas mãos de grupos restritos, constituídos em hierarquias de linhagem familiar que virão a converter-se em estratos sociais de diferente riqueza. A manutenção da ordem social passa a ser feita através das armas e do mito/heroicização dos antepassados e dos grandes chefes guerreiros. O mundo de Homero, com os seus mitos e os seus "heróis com espadas de bronze", constitui porventura o mais expressivo exemplo narrativo desta realidade histórica.

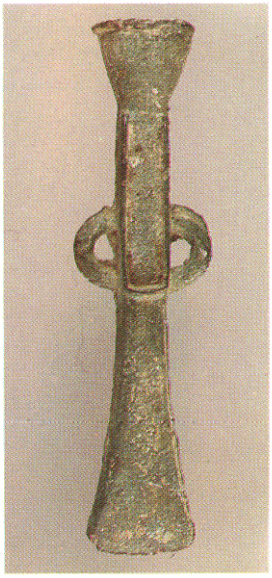
A Idade do Bronze situa-se assim, no ocidente da Península Ibérica, entre a época das comunidades agro-metalúrgicas de tipo primitivo, do Calcolítico, e as chamadas "democracias guerreiras" características da Idade do Ferro e documentadas pelas referências dos geógrafos e historiadores da Antiguidade.

Neste período, o povoamento do território português pode ser observado em termos de uma evolução cronológica (fases Antiga, Plena e Final), no interior de três grandes áreas, com distintas condições de exploração e comércio das matérias-primas: o "Bronze do Sudoeste", no Alentejo e no Algarve, ligado à exploração das jazidas de cobre; o "Bronze Atlântico", no centro e no norte, articulado com a exploração das jazidas de estanho; e a região da Estremadura, pobre em minério metalífero, onde se reconhece sobretudo o desenvolvimento de uma intensa actividade comercial que, aliás, ali tinha uma tradição já milenária.

VIT. 18 Tradicionalmente, o ***Bronze no norte e centro de Portugal*** tem sido referenciado por um conjunto de objectos que apresentam paralelos na fachada atlântica da Europa, realçando a possibilidade da existência de contactos regulares, por via marítima, no interior desse amplo espaço geográfico e dando origem à designação cultural de "Bronze Atlântico". Porém, as inegáveis características mediterrânicas dos seus elementos culturais, aliadas ao facto de a maioria dos objectos que lhe são atribuídos ter sido encontrada em povoados, conferem-lhe uma individualidade própria.

No norte de Portugal conhecem-se dois tipos principais de povoados integráveis nesta área cultural: os povoados de altura, protegidos por boas condições naturais de defesa e por cinturas de muralhas, e os pequenos povoados abertos, situados nas chãs, de que é exemplo o de Tapado da Caldeira (Baião). Associadas a estes povoados detectaram-se sepulturas em forma de fossa, abertas no saibro granítico, cuja tradição parece remontar a uma época bastante antiga dentro da Idade do Bronze. O seu espólio integra os conhecidos vasos em forma de "chapéu invertido" (ou de largo bordo horizontal) e outras cerâmicas que apresentam paralelos na área da Meseta espanhola.

Vasos de cerâmica de largo bordo horizontal, da Quinta da Seara-Paçô (Arcos de Valdevez) e de Belinho (Esposende) (*Vit. 18*). Idade do Bronze. Diâmetro médio dos bordos: 18 cm.

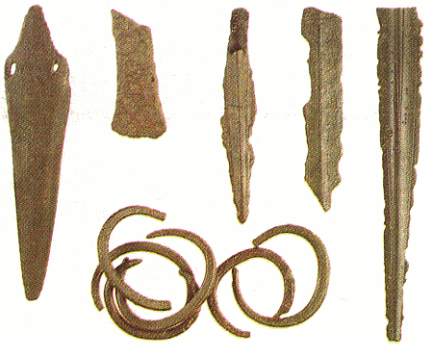


Machado de talão e dupla azelha, do depósito de Paredes de Coura (*Vit. 18*). Idade do Bronze. Comprimento: 24,5 cm.

Especialmente característicos do ''Bronze Atlântico'' são os chamados ''esconderijos de fundidor'', depósitos de objectos metálicos encontrados nas imediações dos povoados e interpretados, seja como conjuntos pertencentes a metalurgistas ambulantes, seja como ''tesouros domésticos'', isto é, pequenas fortunas constituídas por objectos de ouro, instrumentos ou barras de bronze e rebotalhos utilizáveis para refundição, o que explicaria a curiosa associação de artefactos metálicos aí encontrados. Em exibição nesta vitrina podem observar-se dois conjuntos deste tipo, provenientes dos sítios de Fiéis de Deus (Bombarral) e Paredes de Coura.

Finalmente, deve salientar-se que, no amplo espaço geográfico incluído nesta área cultural, o final da Idade do Bronze é marcado pelo aparecimento de uma grande diversidade de novas formas da cultura material, de que são exemplo a cerâmica ''do tipo Baiões''*, na Beira Alta, e a chamada ''cultura de Alpiarça''*, no Ribatejo.

Na passagem para a Idade do Ferro parecem já estar definidas as culturas* que constituem a raiz etno-histórica das diferentes populações que, no limiar da História, povoavam o território hoje português.



Depósito (''esconderijo de fundidor''), do Casal dos Fiéis de Deus-Carvalhal (Bombarral) (*Vit. 18*). Idade do Bronze. Espada completa e conjunto de objectos em que se inclui uma lâmina de punhal, braceletes e fragmentos de um machado e de uma espada. Comprimento da espada completa: 57,2 cm; comprimento da lâmina de punhal: 19,5 cm.

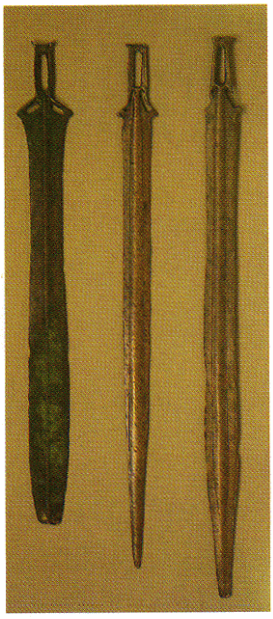
VIT. 19 Por finais do 3.º milénio a.C., o sudoeste peninsular constitui um importante espaço económico, situado na charneira entre mundos e áreas de influência diferentes. Para tal muito contribuiu, por um lado, o incremento dos contactos comerciais com o Próximo Oriente mediterrânico e com o Egeu; e, por outro lado, o desenvolvimento de relações regulares com a fachada atlântica europeia, ao longo da "rota da Bretanha" e, por terra, ao longo da "rota do estanho", que unia a foz do Ródano à do Garona e esta ao Mar da Cornualha.

As comunidades humanas instaladas durante a ***Idade do Bronze no sul de Portugal***, que exploravam ainda as jazidas de cobre, ouro e prata da chamada faixa piritosa ibérica, foram assim sujeitas a um intenso processo de aculturação que as iria marcar profundamente, com evidentes reflexos na sua cultura material. Dentro do mosaico de culturas de tradição mediterrânica que então se desenvolvem na Península Ibérica, a "Cultura do Bronze do Sudoeste" surge como entidade de especial significado, autónoma relativamente à importante Cultura de El Argar *, situada no levante espanhol.

Aqui, contrariamente ao que sucede na área atlântica, é o estudo dos espólios encontrados nos cemitérios que tem permitido traçar um quadro cronológico evolutivo, baseado nas variações dos objectos e dos rituais funerários. Embora controverso, este esquema aponta para a existência de um momento inicial, correspondente ao final do Calcolítico e conhecido como "horizonte de Ferradeira"*, período durante o qual se verificam profundas mutações relativamente a épocas anteriores. A ele sucedem os períodos I, II e III, conformando já este último uma transição para a Idade do Ferro.

Vaso de cerâmica decorada, de Santa Vitória de Ervidel (Beja) (*Vit. 19*). Idade do Bronze. Diâmetro maior: 11,1 cm.

De entre o espólio funerário encontrado em algumas cistas do período II do Bronze do Sudoeste, fazem parte requintados vasos de cerâmica, de grande perfeição técnica e estilística, claramente inspirados em protótipos de metal — uma matéria-prima cuja posse estaria certamente associada a estatutos sociais altamente prestigiantes.



Espadas, de diferentes locais do Alentejo (*Vit.19*). Idade do Bronze. Comprimento da espada maior: 71 cm.

Por volta de 2000 a.C., no período de formação deste Bronze do Sudoeste, as práticas funerárias continuavam a incluir a colocação de defuntos em sepulcros colectivos mais antigos, mas verifica-se também o aparecimento de sepulcros individuais: grandes cistas de pedra em forma trapezoidal ou sepulturas formadas por lajes cravadas em cutelo em torno de uma cova aberta na rocha, na qual o morto era colocado estendido, por vezes acompanhado de armas (lanças com ponta metálica, punhais, machados planos de cobre). Ao nível dos povoados não parece haver aqui qualquer alteração significativa, uma vez que grande parte dos anteriores locais de habitação calcolíticos continuam a ser utilizados.

A partir de 1800 a.C. produzem-se modificações de vulto. As cistas passam a agrupar-se em cemitérios cujo tamanhó e organização espacial levam à conclusão de que cada célula familiar possuía um local de enterramento próprio. Ou seja, que as estruturas de parentesco determinavam a ordem social.

A mais espectacular necrópole do período I do Bronze do Sudoeste conhecida no sul de Portugal é a do Monte da Atalaia, nos arredores da Aldeia de Palheiros (Ourique). Ali foram explorados vários conjuntos de sepulturas que apresentam uma estrutura em forma de favo, constituído pela justaposição de sucessivas mamoas circulares envolventes de túmulos individuais, a partir de uma cista central, mais elevada e de maiores dimensões. Estruturas do mesmo tipo, ainda que com mamoas de planta rectangular, repetem-se na região de Sines.

No seu conjunto, estas necrópoles põem em relevo o estatuto privilegiado de alguns indivíduos dentro do grupo, estatuto conservado mesmo depois da morte, através do destaque dado à sua sepultura no cemitério comum e através do grau de riqueza das suas dádivas funerárias, entre as quais se evidenciam as armas metálicas e os adornos de prata.

Durante o período II do Bronze do Sudoeste os cemitérios mantiveram uma estrutura de cistas agrupadas em núcleos, mas praticamente com ausência de recintos tumulares. Os objectos que acompanham os enterramentos são vasos de barro, cuidadosamente executados sem roda de oleiro e imitando a forma, cor e acabamento de vasos metálicos (como é o caso dos vasos negros de Beja-Ervidel). Simultaneamente, aparecem também aqui os mais antigos colares de contas de vidro e as ***lajes de cobertura das cistas*** ou as estelas que as assinalam apresentam-se por vezes insculturadas, com a representação em relevo de armas e outros objectos pessoais: num tempo em que os deuses PL. 7

se confundem com os heróis, esta é talvez a melhor forma de assinalar o elevado estatuto social dos guerreiros e de perpetuar a sua memória para além da morte.

Os povoados deste período situam-se quer em posições com boas condições naturais de defesa, quer em locais planos e abertos, com os respectivos cemitérios nas proximidades. De um tal padrão arqueológico resulta a perspectiva de um povoamento disperso, correspondente a pequenas unidades de produção familiares, gravitando em torno de locais fortificados, constituídos em centros comerciais, políticos e religiosos, que progressivamente se iriam desenvolvendo.

Ao percurso histórico próprio do sudoeste peninsular, que por si apontava já para a crescente diversificação social, vêm acrescentar-se, no final da Idade do Bronze, profundas modificações relacionadas com o impacte das culturas centro-europeias e com a acção de mercadores fenícios na zona costeira do sul da Península.

O território tende a ser cada vez mais estruturado, com a ligação entre as feitorias comerciais do litoral e os seus "hinterland" imediatos, que lhes garantiam o abastecimento em metal. Consequência directa desta necessidade de controlo territorial é o aumento de poder dos grupos de guerreiros, equipados com espadas * em "língua de carpa" e lanças de bronze, escudos redondos de couro, capacetes e carros de combate puxados por cavalos — armamento conhecido tanto pelos próprios objectos, como pela sua representação em estelas gravadas, destinadas a assinalar o local da sepultura.

Tampa de sepultura, de Castro Verde (*Plinto 7*). Xisto. Idade do Bronze. Eixo maior: 64 cm.

Os povoados conhecidos nesta fase situam-se em locais naturalmente protegidos, com cinturas de muralhas às quais se acrescenta por vezes um sistema de "pedras fincadas" (caso do povoado do Passo Alto, em Serpa, por exemplo) que lhes aumentava a capacidade defensiva. À imagem do período anterior, tais povoados de altura eram os centros políticos de uma população vivendo dispersa nos arredores, em núcleos habitacionais não fortificados. A este tipo de povoados acrescentam-se os de baixa altitude junto de sapais tais como Cerradinha (Lagoa de Santo André) ou Pontes de Marchil (Faro), onde se vivia especialmente da pesca e da apanha de marisco.

Curiosamente, neste panorama de populações diversificadas que tanto caracteriza o final da Idade do Bronze, a cultura material mantém uma certa uniformidade: a olaria inclui a produção de vasos com ornatos brunidos* e pintados; o traje, fíbulas* de bronze, de "dupla mola", bem como braceletes de ouro ou bronze.

A Idade do Ferro

Nos finais do 2.º milénio a.C. o domínio da metalurgia do ferro revoluciona os mundos mediterrânico e europeu.
É a partir de então que as influências centro-europeias tradicionalmente atribuídas aos celtas se estendem à Península Ibérica.
Com elas se conjugam nos inícios do 1.º milénio a.C. as influências de comerciantes-navegadores, fenícios e gregos atraídos pelas lendárias riquezas desta finisterra da Antiguidade.
No território português individualizam-se duas áreas culturais: o Norte, com os seus característicos castros e o Sul, com as suas marcadas influências orientalizantes.

Originárias dos planaltos da Anatólia, e da Ásia Menor, as tecnologias da metalurgia do ferro, depois de terem penetrado na Europa através dos Balcãs, chegam primeiramente à Europa Central, pela via do Danúbio. A bacia do Mediterrâneo, pelo seu lado, veio a receber os produtos de ferro, e pouco depois, a sua tecnologia de produção, através de povos do litoral da Ásia Menor, particularmente, dos fenícios.

A superioridade técnica resultante do emprego do ferro no fabrico do ferramental, nomeadamente bélico (espadas, lanças e adagas), e a sua própria "democratização", originada pela redução substancial do preço dos seus produtos, conduzirão, doravante, a importantes modificações no comportamento social. Assim, comunidades agro-pastoris e sedentarizadas há muito, quando na posse das armas de ferro, logo passam a exercer, em relação a outras comunidades similares, mais ou menos próximas, um ascendente técnico-militar que as mesmas lhe dão, empreendendo acções de depredação dos excedentes e da produção dessas outras comunidades. É a guerra generalizando-se como principal actividade económica.

Fazer a guerra com armas de qualidade superior teve várias implicações: guardar um religioso segredo daquilo que fazia a sua superioridade; desenvolver no corpo social a apetência da guerra e do seu prestígio; alcançar as comunidades a submeter e a pilhar, que alertadas pelo perigo se afastavam para regiões cada vez mais distantes.

Não quer dizer que se esteja perante uma involução (com a passagem de produtores a predadores), já que a metalurgia do ferro implicava também, ela própria, formas de produção, e mesmo de produção especializada. Com efeito, a procura e extracção do minério (crê-se que começaram a ser recolhidas e depuradas sobretudo a magnetite e a limonite) e o processo do acabamento metalúrgico que implicava o trabalho de forja e a têmpera das lâminas, distanciava-se da metalurgia das armas e objectos de bronze, produzidos por fundição em moldes, de certo modo mais próxima da produção dos objectos metálicos de cascalho de prata de baixo teor.

O prestígio do ferro e das técnicas da sua metalurgia leva a que o fogo — o grande intérprete da forja — viesse a desempenhar uma função social e religiosa muito mais activa, intensificando-se então os ritos funerários de incineração. Também a função militar passou a ser exaltada e o poder dos guerreiros distinguido pela sua riqueza, as suas armas e jóias. Até na movimentação a grande distância, no encalço das comunidades do bronze, o ferro foi utilizado, em carros de transporte e de combate.

É certo que muitos destes aspectos (a incineração, o prestígio social dos guerreiros, com as suas armas e jóias, os carros de combate, etc.) não constituem novidade absoluta relativamente à Idade do Bronze. O que é novo, contudo, é a intensidade e a aceleração histórica de todo este processo, que culmina com o domínio de vastos espaços por parte de comunidades originariamente limitadas a pequenos territórios, as quais passam a conter, sobretudo na condição de produtores agrícolas, as populações vencidas. Finalmente, a própria disputa de poder entre os vencedores deve ter-se acentuado, originando migra-

ções de povos que vão percorrer toda a Europa.

Os materiais de ferro, que primeiro chegaram até nós, vieram com os comerciantes e navegadores do Mediterrâneo oriental. E com eles, as jóias, a roda de oleiro e esse importante elemento civilizacional que o alfabeto constitui.

No Norte de Portugal, os materiais de ferro, mais tardios que os do Sul, parecem ter chegado principalmente através de um percurso continental europeu, em duas direcções, no sentido do Noroeste, dos Pirenéus até Trás-os-Montes, e no sentido do Sul, pela mesesta peninsular, até Cáceres e Portalegre.

Neste âmbito geográfico, merece particular referência a região do noroeste, onde o traço cultural mais marcante é o de um povoamento organizado com base em *habitats* fortificados (castros), que ocupam relevos proeminentes com boas condições de defesa e ampla visibilidade.

A forte densidade populacional da região, a regularidade de recursos naturais elementares (solos aráveis, mas pouco produtivos, água abundante, bosques, pedra, argila) e a desigual repartição das jazidas metalíferas, favoreceram o desenvolvimento de uma cultura material homogénea, com forte cunho arcaizante e relativamente pobre.

Aparentemente as comunidades proto-históricas do noroeste sobrevivem ao colapso da metalurgia do bronze criando uma forte autarquia que se expressa pela fortificação dos povoados, pela delimitação de territórios e por uma economia baseada no aproveitamento de um reduzido número de recursos. É essa a situação que se pode deduzir da quase exclusiva ocorrência de indústrias domésticas, como a olaria e a tecelagem. Muitos utensílios serão ainda, durante muito tempo, feitos em pedra. Os metais são escassos e parecem reservados à execução de alguns objectos de prestígio como fíbulas ou jóias. O ferro está praticamente ausente até ao século I a.C.

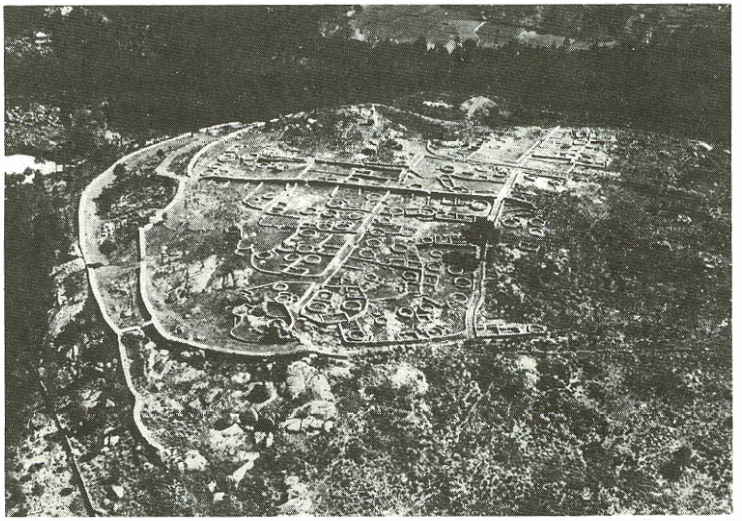
Contudo é este o período da emergência de grandes citânias como Briteiros, Sanfins, ou Santa Luzia, que registam um forte crescimento nuclear e uma organização de tipo proto-urbano. Elas desempenharam, certamente, um papel fundamental no mosaico da organização política e territorial da região do noroeste português. Mas esse será também o período em que se afirma uma certa pulverização populacional, orientada para a exploração agrícola sistemática dos vales, com a organização de

pequenos povoados de baixa altitude.

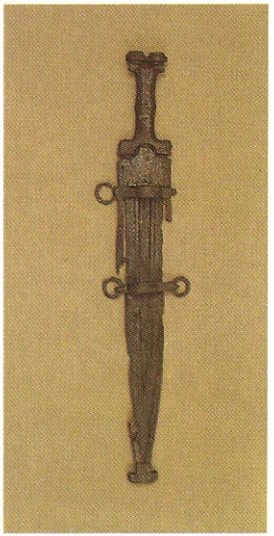
Por razões que radicam na própria história da investigação arqueológica portuguesa e no processo conducente à fundação do então "Museu Etnológico Português", quase simultânea da de outras importantes instituições no norte do País (entre as quais a Sociedade Martins Sarmento), as colecções castrejas deste museu são relativamente inexpressivas e por isso se lhes não consagra nenhuma vitrina específica no espaço expositivo. Em todo o caso, essa importante área cultural surge representada, quer na sala dos "Tesouros da Arqueologia Portuguesa", quer nas figuras escultóricas incluídas nos plintos 9 e 10, a seguir referidos, as quais, sob diversos aspectos, se podem dela aproximar.

PL. 9 Características desta época terminal da Idade do Ferro do norte de Portugal são a ourivesaria e as estátuas chamadas dos '***guerreiros galaicos***' como a de Capeludos (Vila Pouca de Aguiar) e a de Boticas (em exibição na Sala dos "Tesouros da Arqueologia Portuguesa"), onde podemos observar a representação do escudo redondo peninsular, chamado *caetra*, a espada curta e o torques.

PL. 10 Igual destaque merecem, também, as curiosas figuras de animais vulgarmente conhecidas por "***berrões***", especialmente típicas do nordeste. Quase sempre esculpidas em granito, elas representam talvez os vestígios de um culto pré-romano que confere ao animal figurado um valor tutelar ou votivo, sentido



Vista aérea da **citânia de Sanfins**, em Paços de Ferreira (*Cliché* de Armando Coelho).



Espada de antenas, embainhada, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (*Vit. 20*). 2.ª Idade do Ferro. Comprimento: 49,2 cm.

tanto mais profundo e arreigado quanto se tenha presente que ainda hoje aos berrões se continua a conferir um lugar privilegiado no imaginário popular, a ponto de por vezes fazer deles verdadeiros *ex-libris* municipais, como em Murça.

A convergência das remotas influências referidas na introdução a este capítulo, canalizadas pela dupla via continental, ao norte e centro da Península, e marítima, ao sul, encontra-se profusamente documentada em ***Alcácer do Sal***. VIT. 20

Aqui se regista a ocorrência de diversos artigos vulgares no comércio do Mediterrâneo oriental e central como sejam as cerâmicas do século IV a.C., o *pelike**, o *Krater**, o *skyphos** e os pratos de "barniz rojo" *, procedentes do norte de África. A eles se juntam as cerâmicas de tipo "campaniense" *, talvez provenientes do sul de Itália, e os escaravelhos * que eram produzidos e exportados pelas cidades do delta do Nilo.

Mas também se encontram objectos denotando influências continentais, tais como as espadas "de antenas" (reduzidas a botões), algumas delas com aplicações de motivos decorativos geométricos em prata, os *soliferrea** e as lâminas e contos* de ferro das lanças, bem como outros elementos metálicos: bridão do cavalo, argolas do correame, cubo e cintas de roda de um carro de guerreiro.

Finalmente merecem referência em Alcácer do Sal os produtos autóctones ibéricos, de que a falcata* — espada tipicamente peninsular — é o mais sugestivo exemplo, celebrizada, mais tarde, nas guerras peninsulares contra o domínio de Roma,

Elemento de arreio de cavalo, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (*Vit. 20*). 1.ª Idade do Ferro. Comprimento: 12,5 cm.

onde o nome de Viriato se notabilizou. No mesmo grupo de objectos se incluem peças tais como uma placa de cinturão, de bronze, de três garfos, uma xorca* de bronze, as fíbulas anulares hispânicas tardias e duas pequenas figuras de bovídeo modeladas em barro.

VIT. 20 e 21 Ainda no Sul de Portugal, os elementos de influência ou origem grega encontram-se bem patentes no ***castro da Azougada*** (Moura), através do *kylix** de cerâmica negra ática e da placa de bronze com a figuração em recorte de um duplo centauro. A eles se acrescenta uma componente púnica representada através de um cantil e de uma urna em "barniz rojo", de dois contos de lança de ferro e de uma pequena pulseira com terminações em cabeça de serpente.

A tradição das culturas materiais ibéricas está, por seu lado, presente através de cerâmicas pintadas, uma pequena faca afalcatada, anzóis, fíbulas anulares tardias, uma foice, colares de contas cerâmicas (associadas a contas de âmbar) e outras cerâmicas contemporâneas dos pratos de faixas negras (grafitadas) do castro de S. Bernardo (Serpa).

VIT. 22 As ***necrópoles do Baixo Alentejo e do Algarve*** constituem um dos mais importantes aspectos caracterizadores da 1.ª Idade do Ferro no sul de Portugal. Situadas nas proximidades dos povoados, são constituídas por núcleos de túmulos de pedra de planta circular, num primeiro momento, e rectangular, posteriormente. Por vezes são também estruturadas com muretes e degraus que envolvem as fossas onde se inumam os cadáveres.

Vaso de cerâmica de "barniz rojo", do castro da Azougada (Moura) (*Vit. 21*). 1.ª Idade do Ferro. Altura: 17,5 cm.

Contas de vidro, da necrópole da Fonte Velha-Bensafrim (Lagos) (*Vit. 22*). Diâmetro médio das contas maiores: 1,3 cm.

As contas de vidro policromo, originárias do Mediterrâneo oriental, reflectem o gosto pelos produtos exóticos e a vitalidade e extensão do comércio fenício e púnico, patentes nos espólios orientalizantes das necrópoles do Baixo Alentejo e Algarve.

Estela epigrafada, da necrópole de Tavilhão II (Almodôvar) (*Plinto 8*). Grés. 1.ª Idade do Ferro. Comprimento: 82 cm.

Queimador votivo, de Safara (Moura) (*Vit. 23*). Bronze. 1.ª Idade do Ferro. Altura: 22,8 cm.

Nelas, os elementos orientalizantes são muito expressivos, encontrando-se em locais como Bensafrim (Lagos), Cômoros da Portela, na Serra Algarvia, e Fonte Santa (Ourique), contas de vidro e cerâmicas diversas, das quais se salienta o vaso em forma de cabeça de bovídeo, elementos típicos do comércio de objectos fenícios.

Um último, e porventura o mais original traço da 1.ª Idade do Ferro mediterrâneo no sul de Portugal, é dado pelas ***estelas epigrafadas*** que aí se encontram em certa abundância, normalmente associadas às necrópoles. Elas apresentam uma escrita sinistrorsa*, de estrutura alfabética, datável dos séculos VIII e VII a.C., em que são usados caracteres do mais antigo alfabeto fenício, mas onde o grande emprego de vogais abre a hipótese de se estar perante uma língua não semita, falada no limitado espaço geográfico (Baixo Alentejo e Algarve) pelo qual se distribui a quase totalidade das cerca de 70 inscrições conhecidas. Deste importante elemento civilizacional — a mais antiga escrita da Península Ibérica e uma das mais arcaicas de todo o ocidente europeu — expõem-se na vitrina 22 e no plinto 8 um fragmento de inscrição funerária, proveniente da necrópole da Fonte Santa (Ourique) e três estelas, provenientes respectivamente das necrópoles da Fonte Velha, em Bensafrim, de Tavilhão II (Almodôvar) e da Herdade dos Nobres (Ourique). PL. 8

As figurinhas metálicas que se apresentam nesta vitrina provêm de diversos ***santuários da 2.ª Idade do Ferro do sul de Portugal***, onde eram ofertadas a divindades. Um destes santuários encontra-se aqui representado pelo excelente conjunto de cerâmicas do depósito votivo de Garvão (Ourique). Tratando-se de uma das mais notáveis descobertas recentes da arqueologia portuguesa, este depósito votivo secundário, constituído por uma fossa densamente preenchida por oferendas e *ex-votos* (de que em exposição se salientam a urna de orelhetas perfuradas de forma antropomórfica e rica decoração pintada, estampilhada e plástica, um hissope em cerâmica e dois queimadores votivos), estaria integrado num recinto religioso, do qual fariam certamente parte um ou mais templos. Entre o espólio votivo encontrado regista-se a ocorrência de placas oculadas de ouro e prata — manifestações de um culto a uma divindade feminina que faz pensar na *Tanit* cartaginesa, senhora da luz e da felicidade, da morte e da regeneração, relacionada com as curas das doenças oftalmológicas a quem as placas eram oferecidas. VIT. 23

Urna de orelhetas perfuradas, *do santuário* de Garvão (Ourique) (*Vit. 23*). 2.ª Idade do Ferro. Altura: 53,5 cm.

Queimador em cerâmica, do castro do Cabeço de Vaiamonte (Monforte) (*Vit. 24*). 2.ª Idade do Ferro. Altura: 10,5 cm.

Curiosamente, este culto parece ter ali perdurado em época cristã, até aos nossos dias, sob a forma de uma particular devoção a Santa Luzia de que existe muito próximo uma capela.

As profundas transformações culturais que dão origem ao novo equilíbrio socioeconómico que caracteriza a ***2.ª Idade do Ferro do sul de Portugal*** encontram-se bem patentes no castro do Cabeço de Vaiamonte, onde se documenta a última fase deste período, no limiar da ocupação romana republicana da Península. Neste castro, ocupado pelo menos desde a Idade do Bronze, encontram-se elementos orientalizantes e ibéricos, como as contas de vidro policromo, um barril e as cerâmicas pintadas, assim como, em fases mais recentes, outros elementos marcadamente influenciados pelo contacto com o mundo romano: o capacete ibérico que reproduz o casco de tipo bacinete usado pelos soldados dos exércitos de Roma, a cerâmica campaniense e a que a imita, a cerâmica estampilhada, as fíbulas tardias de tradição europeia e os pesos de cerâmica decorados, de fuso e de tear, bem como a lâmina de uma tesoura de tosquia, a relha de um arado e o picareto em ferro, cuja morfologia se irá manter até quase aos nossos dias.

VIT. 24

A cerâmica grega permite reconstituir as rotas do comércio mediterrânico, com o ocidente Peninsular. Esta típica cerâmica de luxo pode ser datada com rigor pela identificação do artista ou da escola que a produziu.

***Pelike* grega**, necrópole de Alcácer do Sal (*Vit. 20*). 2.ª Idade do Ferro. Altura: 22 cm.

Berrão, de Cabanas de Baixo-Cabeça Boa (Torre de Moncorvo) (*Plinto 10*). Granito. Idade do Ferro/Época Romana (século 6.º a.C-século 3.º d.C.). Comprimento: 135 cm.

As curiosas figuras de animais, vulgarmente conhecidas por "berrões", são típicas do nordeste português. Quase sempre esculpidas em granito representam talvez os vestígios de um culto pré-romano que confere ao animal representado um valor tutelar ou votivo.

Época Romana

Nos limiares da era cristã Roma impõe definitivamente o seu domínio na Hispânia pela força de um exército organizado.
Redistribui as terras conquistadas aos indígenas e organiza-as administrativamente.
O latim torna-se a língua dominante.
Unifica-se o direito, a moeda, os padrões de pesos e medidas e o próprio calendário.
A vida urbana renova os hábitos de convivência social e multiplica as necessidades de consumo.
No terceiro quartel do século I d.C., o imperador Vespasiano concede aos hispanos o privilégio de cidadania, coroando, assim, o processo lento mas sólido da romanização.

Portugal romano, isto é, o território continental actualmente português, abrange a quase totalidade da província da Lusitânia incluindo as regiões a norte do Douro que depois da morte de Augusto serão integradas na Tarraconense*.

Provavelmente entre 16 e 13 a. C., o imperador reorganiza a administração da Hispânia, chamando a si o governo da Tarraconense e da Lusitânia.

Augusta Emerita (Mérida), a cidade que ele próprio fundara no ano 25 a. C. para instalar os militares desmobilizados, torna-se a capital lusitana.

A província é declarada em paz, retiram-se as legiões para outras zonas ainda não aquietadas e inicia-se a definição das circunscrições administrativas e judiciais que os imperadores seguintes hão-de prosseguir.

Estátua de homem togado, de Mértola (*Plinto 11; Sala de Repouso*). Mármore. Meados do séc. I d. C. Altura: 168 cm.

A demarcação destas circunscrições é muitas vezes acompanhada pela construção de vias, podendo dizer-se que os ***miliários**** representam hoje, para nós, um duplo testemunho.
Do tempo de Tibério datam alguns exemplares que atestam o esforço então desenvolvido para delimitar as circunscrições a norte do Douro e garantir-lhes meios de comunicação. O que se apresenta nesta exposição está infelizmente danificado mas permite ver que se referia a um lugar distante de Braga mais de 20 milhas; a comparação com outros marcos encontrados na mesma região de Montalegre sugere ter indicado um número entre 30 e 40 milhas.
Embora seja impossível datar com exactidão o assentamento do miliário, é provável que tal tenha ocorrido entre 31 d.C., ano em que Tibério foi pela primeira vez cônsul, e Março de 37, data da sua morte.

Miliário, de Padrões-Venda Nova (Montalegre) (*Plinto 13*). Granito. Época de Tibério (14-37 d. C.). Altura: 177 cm.

A vasta rede viária, criada pelos romanos, permite dizer que todos os caminhos vão dar a Roma, aproximar mercados e dominar politicamente regiões afastadas. Os miliários são um símbolo dessa unidade.

VIT. 25 A reorganização administrativa da Hispânia, determinada por Augusto, tem importantes reflexos no ***panorama monetário da Península***.

Introduzida no século V a.C. pelas colónias gregas de *Emporion* e *Rhode*, a cunhagem de moedas intensificara-se após o desembarque dos cartagineses no ano 237 a. C., abrindo algumas cecas* em cidades indígenas como *Castulo* e *Obulco*. Já sob o domínio romano elas multiplicam-se nas províncias Ulterior* e Citerior*, especialmente no litoral e no vale do Ebro.

No Sul do território actualmente português foram instalados alguns centros emissores em povoados de fundação pré-romana, de que são exemplos *Myrtilis* (Mértola), *Salacia* (Alcácer do Sal) e *Ossonoba* (Faro).

A reestruturação augustana leva ao encerramento provisório ou definitivo de muitas dessas cecas, ao mesmo tempo que se abrem outras, em moldes totalmente romanos, das quais salientamos *Pax Iulia* (Beja) e *Liberalitas Iulia Ebora* (Évora), duas importantes cidades romanas da Lusitânia.

A vida das oficinas hispânicas não será, porém, muito longa, pois durante o governo de Calígula (37-41 d.C.) todas elas recebem ordem para fechar.

Dupôndio*, de Augusto, cunhado em Évora (*Vit. 26*). 12 a.C. Diâmetro: 3,4 cm. **Denário* ibérico**, com legenda *Bolscan*, do Cabeço de Vaiamonte (Monforte) (*Vit. 25*). Séc. I a.C. Diâmetro: 1,8 cm.

Poder Central e Sociedade Civil

Cerrado é o jogo de forças entre o controlo político-ideológico de Roma e as tradições das sociedades indígenas.
No entanto, pela sua organização familiar estas são receptivas à nova estrutura e à pesada hierarquia do Estado.
A célula social de base é a família alargada representada e governada pelo *pater familiae* de quem dependem todos os membros: descendentes, colaterais, libertos e escravos.
Analogamente, o Senado confere ao imperador, chefe da família reinante, o título de *pater patriae*.

As inscrições são o testemunho mais eloquente sobre a organização da nova sociedade (resultante da aceitação recíproca de vencidos e vencedores), sobre os seus hábitos e estatutos, as suas origens e crenças.

As peças expostas representam uma parcela ínfima da colecção do Museu devendo-se a sua escolha ao facto de, por si só, poderem ilustrar o texto introdutório desta secção.

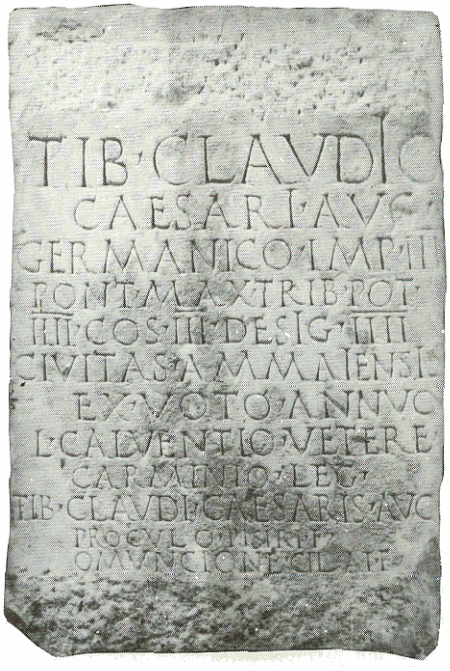
As duas ***aras votivas***, provenientes do Fundão são dedicadas pela mesma pessoa – Tôngio, filho de Tongetamo –, às deusas Trebaruna e Vitória. Na altura em que cumpriu o primeiro voto, Tôngio havia sido recrutado como soldado pelos romanos, entre a população indígena da *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha). É natural que se tenha encomendado à divindade que protegera da guerra, os seus antepassados. PL. 14
Quando regressa à terra natal, já é veterano e tem orgulho em afirmar que foi porta-estandarte na segunda coorte* dos Lusitanos. O serviço militar levara-o para longe, durante pelo menos quinze anos de permanência nas fileiras, sem o que não teria

PL. 15 obtido tal cargo. Aí adquiriu outra língua, novos hábitos e crenças; a sua deusa da guerra é, então, necessariamente outra – a Vitória dos romanos.

A ***tábua de bronze*** proveniente de Juromenha, que regista a celebração de um pacto de hospitalidade, e o ***compromisso mandado lavrar em mármore pelos cidadãos de Amaia*** (Aramenha) ilustra duas formas de dependência sociopolítica face ao representante do poder imperial: a primeira, a dependência de uma família de colonos; a segunda, a de uma comunidade que ainda não atingiu a "maioridade política" e se obriga, perante o governador, a homenagear o chefe supremo por meio de um voto anual.

Aliás, é interessante notar que, numa época em que tanto em Roma como nas províncias ainda estavam vivas as sequelas da

Ara, proveniente do Fundão (*Plinto 14*). Granito. 1.ª metade do séc. I d.C. Altura: 92 cm.
Inscrição dedicada à divindade pré-romana *Trebaruna*.



Bloco com homenagem pública ao imperador, de S. Salvador da Aramenha (Marvão) (*Plinto 15*). Mármore. 44 a 45 d.C. Comprimento: 43 cm.

guerra civil, o ***monumento erguido em honra do imperador Augusto***, no ano 5 ou 4 a.C., na cidade de *Salacia* (Alcácer do Sal), seja a homenagem espontânea de um indivíduo recém-chegado à romanidade. Vicano, filho de Búcio — dois nomes cuja origem peninsular é evidente — sabe reconhecer no político vitorioso, o continuador de Júlio César divinizado, simultaneamente supremo chefe militar, religioso e político, e árbitro dos grupos sociais em confronto. PL. 16

A ***inscrição dedicada a Tito Mânlio Faustino***, natural de *Balsa* (Torre de Ares, Tavira), mostra-nos que a sua família era certamente uma das mais prestigiadas da cidade. De outro modo, não teria sido eleito, por duas vezes, para o alto cargo de duúnviro* —, um dos dois magistrados supremos da cidade. A sua inscrição na tribo *Quirina** deve-se à concessão que o imperador Vespasiano fez do *Latium minus** às cidades hispânicas, honrando pela admissão na tribo da família reinante os magistrados chegados ao termo de um mandato anual. PL. 15

O banquete ritual público, dado pela irmã, e mencionado no epitáfio, é uma honra à altura deste homem cuja importância social é motivo de orgulho familiar..

Mais comovente, e não menos rico de informação, se apresenta o curto texto inscrito na ***caixa de uma urna cinerária*** encontrada em Lisboa e que Fortunato mandou fazer para o seu antigo patrão, que o mesmo é dizer seu proprietário. Com efeito, ao referir-se ao seu patrão como "*patrono suo benemerenti*" (ao seu patrão, que bem o merecia), mostra-nos que foi escravo, e agora liberto, de P(*ublius*) *Clodius Iuvenis*.

O liberto parece grato, ao dizer-nos que o antigo patrão merecia esta homenagem. No entanto, mesmo que não o amasse, a lei impunha-lhe a obrigação de celebrar o funeral e dar sepultura; este era o último dever de um ex-escravo para com o patrono que tivesse perdido a fortuna, pois teria igualmente de, enquanto ele fosse vivo, contribuir para a sua alimentação.

Belíssima homenagem, idêntica, pela livre espontaneidade que demonstra, a que *Vicanus* prestou ao imperador, é a que noutro ***monumento descoberto em Torre de Ares***, se encontra gravada por diligência e obra de um grupo de balsenses.

Os homenageados são *T(itus) Rutilius Tuscilianus*, seu pai e avô, todos eles membros de uma das mais importantes famílias de Balsa, inscritas na tribo Galéria*.

Os ofertantes declaram-se seus amigos e, como o nome grego de alguns deixa transparecer, são libertos ou descendentes de libertos. O estudo onomástico permite ainda dizer que há, entre eles, antigos escravos do avô de Tusciliano.

Para os romanos, a família não se limitava ao agregado unido por laços de consanguinidade e parentesco; alargava-se a todos os dependentes incluindo os escravos e os libertos. Estes podiam vir a granjear importantes fortunas e prestígio mas isso nunca deixaria de os vincular — em termos jurídicos, económicos e religiosos — à família que lhes concedera o nome e a liberdade. Outro exemplo de aculturação ainda mais acentuada do que constatámos nas aras mandadas lavrar por Tôngio, é o ***monumento proveniente de Valença (Viana do Castelo)***, consagrado aos deuses *Manes** por um militar veterano, em honra de quatro pessoas que possivelmente são seus familiares próximos.
Os nomes deles são indígenas, embora transcritos em latim. Pelo contrário, o ofertante exibe os *tria nomina** correctamente latinos e filia-se orgulhosamente na Vitoriosa, Devotada e Fiel Sexta Legião*, na qual se reformou.
É fácil aceitar que, beneficiando do dinheiro e do prestígio social que a carreira das armas lhe dera, o veterano tenha adoptado um nome e hábitos mais consonantes com os novos direitos de que dispunha e a época em que vivia — os finais do século I d.C. ou inícios do II. d.C. Todavia, àquilo que para ele era uma necessidade cultural e de afirmação pessoal, terão ficado indiferentes muitos dos seus conterrâneos e familiares, ainda apegados aos nomes e à organização social tradicionais na sua comunidade.

Urna cinerária, encontrada em Lisboa (*Plinto. 15*). Mármore. Século II d.C.). Comprimento: 33,8 cm.

Culto Imperial

Investido da máxima autoridade religiosa, Augusto utiliza essa força para aumentar o seu poder social e político criando o culto imperial, à imagem do culto familiar.
Os povos devem adorar os imperadores falecidos e divinizados — os *divi* e venerar o imperador vivo em templos e altares próprios.
Os sacerdotes são escolhidos entre os antigos magistrados municipais assegurando, ao imperador, nos principais centros urbanos, a fidelidade das famílias locais com maior prestígio.

A moeda constitui para o fundador do Império, e para os seus sucessores, o melhor meio de propaganda das mensagens políticas e morais. VIT. 26
As imagens são belas e eloquentes e as emissões muito cuidadas, pois devem circular pelas mais longínquas regiões onde, sendo grande o analfabetismo e o desconhecimento do latim, a mensagem iconográfica é mais facilmente assimilada.
A propaganda imperial visa espelhar a força, a riqueza, a justiça e a bondade do Estado romano, mas, antes de mais, procura reforçar e legitimar o poder concentrado num só indivíduo e

Sestércio de Calígula, de proveniência desconhecida (*Vit. 26*). 38-41 d.C. Diâmetro: 3,3 cm.

transmitido a um descendente. Para isso, exalta-se o carácter divino do imperador e a força das armas cuja fidelidade lhe é indispensável.

Aliás, a exaltação dos exércitos romanos e do chefe, através da moeda, surge ainda no período republicano. Em 58 a.C., comemora-se a vitória de *Scaurus*, sobre o rei Aretas III da Nabateia; dez anos mais tarde a conquista da Gália por César irá, dentro de pouco tempo, revolucionar a iconografia monetária de Roma – tornando-a virtualmente imperial – quando o Senado autorizou o imperador a retratar-se nas cunhagens do Estado.

Por sua vez, Marco António é o primeiro a emitir moedas com tipologia militar acrescida dos nomes das suas legiões, demonstrando publicamente quanto dependia delas e nelas confiava para alcançar o domínio total dos povos.

Nas emissões imperiais sobressaem as moedas de Nero (54-68 d.C.) tanto pela sua variedade e importância como pela qualidade artística nunca ultrapassada. É interessante notar que ele faz representar pela primeira vez, na numária imperial, o génio do imperador o qual toma a forma de um jovem, tal como o génio do povo romano, sacrificando num altar.

Esteticamente notáveis são também os sestércios* anteriormente emitidos por Calígula em honra das suas irmãs a quem identifica com três virtudes personificadas: a Segurança, a Concórdia, e a Fortuna. As virtudes familiares são, de resto, um dos pilares fundamentais no edifício imperial desenhado por Augusto.

Sestércio de Nero, de proveniência desconhecida (*Vit. 26*). 54-68 d.C. Diâmetro: 3,5 cm.

A lápide exposta neste sector, e à qual já nos referimos, enumera os títulos correspondentes aos cargos que, a partir de ***Augusto***, vão ser desempenhados pelo imperador e sistematicamente referidos na documentação oficial. A sua análise mostra claramente a estratégia implícita na estrutura constitucional do poder em Roma: Imperador é o cargo correspondente a chefe supremo das tropas que nele vêem, sobretudo, a pessoa que há-de recompensá-los na desmobilização. PL. 16

Pontífice Máximo é o cargo supremo da hierarquia sacerdotal, competindo-lhe a escolha dos sacerdotes principais dos diversos cultos.

Cônsul, cargo exclusivo da ordem senatorial, dá ao seu titular a possibilidade de ser um dos dois administradores supremos da cidade de Roma, coração político do Império.

O Poder Tribunício é a única arma de que a plebe dispõe para contrabalançar a força política da ordem senatorial.

Embora politicamente algo contraditório, o exercício pessoal e cumulativo destes cargos é o suporte indispensável à coesão do Império. Augusto sabia-o e por isso exalta a figura do Imperador como pai de todos e a família imperial como modelo de virtudes.

A sua imagem, serena e idealizada, simultaneamente popular e sagrada e tantas vezes realizada depois da sua morte — como acontece com o retrato exposto, realizado durante o reinado de Cláudio — torna-se um símbolo universal, incontestável. PL. 17

Venerado em altares próprios, enquanto vivo, Augusto é divinizado logo após a sua morte, tendo-se, a partir dessa data, multiplicado na Lusitânia a construção de templos por iniciativa oficial ou de particulares. Devido a hábitos ancestrais de entrega total, implicando o sacrifício da própria vida a um chefe militar, as populações indígenas estavam psicologicamente preparadas para o culto imperial.

Retrato póstumo de Augusto, proveniente de Mértola (*Plinto 17*). Mármore. Época de Cláudio (41-54 d.C.). Altura: 55 cm.

Importações e respostas locais

A força do Império reflecte-se na uniformidade das técnicas e do gosto.
Às cerâmicas, aos vidros, aos bronzes importados, correspondem as produções locais com peças semelhantes.
Por todas as províncias cedo se multiplicam objectos que são símbolos da organização social romana e do desenvolvimento das artes e dos ofícios: o estilete, o instrumento cirúrgico, o prumo, o compasso, a balança, a chave, a lucerna, a louça cor de lacre a que chamamos *terra sigillata*.

À medida que a colonização se intensifica, generaliza-se o gosto pelos objectos importados, gerando-se hábitos de consumo de muitos artigos que se diria supérfluos no dia a dia dos peninsulares. Embora coexistam por muito tempo ao longo do século I da nossa era, com artefactos típicos da tradição pré-romana, alguns desses produtos deram lugar a tímidas imitações ainda no século anterior, e em diversos sítios da Lusitânia. VIT. 27
São exemplos disso alguns barros negros ligeiramente polidos ou apenas afagados que reproduzem formas tardias da chamada cerâmica campaniense.
Entre as ***importações*** mais antigas que certamente provocaram uma alteração considerável dos hábitos de trabalho e convivência, avultam as lucernas feitas de barro ou de metal que podem utilizar-se sós ou em grupos, pousadas, penduradas ou transportadas na mão.
A facilidade de fabrico, a partir de moldes bivalves, e a necessidade de grandes quantidades de lucernas para produzir suficiente luz, faz com que em todas as províncias se multipliquem as oficinas e eleve a quantidades incalculáveis o número destes objectos fabricados durante toda a época romana.
A partir do segundo quartel do século I d.C., talvez por influência das moedas e dos mosaicos, o disco que forma a tampa destas lamparinas apresenta os mais variados desenhos

inspirados na mitologia ou no quotidiano, nas alegorias ou nos espectáculos. O vasilhame e as louças de mesa e de cozinha ganham formas específicas para cumprir funções bem determinadas numa sociedade nova que se deleita com a variedade e a apresentação dos alimentos.

O aperfeiçoamento das técnicas de produção cerâmica em torno rápido e de cozedura em fornos com ambiente controlável, permite todas as fantasias de forma, cor e acabamentos.

Simultaneamente, surgem os vidros, moldados primeiro, logo soprados num deslumbramento de formas etéreas e coloridas que vão das cores intensas e brilhantes da esmeralda e da safira ao azul turquesa e ao branco opacos às tonalidades fugidias do âmbar ou do mel, à transparência incolor da água. Alguns são exclusivo de centros vidreiros de elevados recursos situados na Itália, na Síria, na Germânia; muitas das peças expostas podem, no entanto, ter sido produzidas em oficinas peninsulares, ou mesmo lusitanas.

A mesma profusão de gostos e técnicas se encontra nos vasos metálicos que servem na cozinha e na mesa.

O alargamento dos mercados consumidores e das unidades de produção gerou, no século I d.C., mecanismos de oferta e procura só ultrapassados nos tempos modernos e deu lugar a conceitos e práticas muito próximos da experiência actual tais como a especialização da mão-de-obra, trabalho em cadeia, a produção por encomenda, a protecção de mercados, a existência de intermediários, a associação de produtores, a abertura de sucursais.

A capacidade de reproduzir objectos com iguais características e qualidade, em qualquer local, aliada à facilidade de transporte e comunicação permite que, durante os dois primeiros séculos de existência, o Império crie em todas as províncias uma espantosa unidade de gosto e produção, repetindo-se os mesmos objectos em metal, cerâmica, vidro, osso.

Nas cerâmicas, predominam as cores claras, seja nas de paredes tão finas como casca de ovo, seja nos almofarizes, nas bilhas e malgas, nas talhas ou nas ânforas.

Taça de '*terra sigillata*', itálica, da necrópole romana de Alcácer do Sal (*Vit. 27*). Inícios do séc. I d.C. Altura: 13 cm.

A grande excepção nesta paleta de tons pálidos, é a cerâmica de mesa que os especialistas conhecem pelo nome de *terra sigillata**. Derivada tecnicamente dos vasos gregos, é vermelha acastanhada, macia e brilhante como lacre. Fabricou-se em grandes centros produtores na Itália, na Gália e na Espanha, tendo a Lusitânia durante o século I d.C., importado grandes quantidades de vasos provenientes da maior parte dessas oficinas.

Entre os artigos de luxo divulgados pelos romanos têm lugar especial os bronze figurativos que se apresentam como meros adornos e entre os quais a estatuária de pequenas dimensões desempenha um papel estético e social importante.

Ainda que num breve apontamento, não podia esta exposição omitir duas classes de objectos introduzidos pelos romanos: os instrumentos de precisão como a balança, o prumo e o compasso, e o que podemos considerar como o primeiro instrumento de segurança, isto é, a chave, pois antes só se conheciam ferrolhos e tranquetas.

Taça de '*Terra sigillata*', sudgálica, do Algarve (*Vit. 27*). Século I d.C. Altura: 7,5 cm.

Lucerna de volutas, de Tróia (Grândola) (*Vit. 27*). Meados do séc. I d.C. Comprimento: 10,7 cm.

Estatueta em bronze representando a "Fortuna", de Lameirancha (Torres Novas) (*Vit. 27*). Séc. I d.C. Altura: 16 cm.

Os materiais de construção

Roma ensina às províncias a arte de viver urbanamente, com higiene e conforto acessíveis a todos. Os ricos habitam a sua vivenda — a *domus*. Outros, alugam um espaço em prédios de vários fogos — as *insulae*. Por toda a parte, se aperfeiçoam técnicas e novas indústrias e profissões, ligadas à construção. Os edifícios são de pedra e de tijolo, cobertos de telha adornados de mármores, pinturas e mosaicos. Alguns possuem aquecimento central e são grandes as necessidades de água para as casas, as fontes e os banhos públicos, exigindo aquedutos, canalizações, redes de esgotos.

A exiguidade do espaço não permite mostrar ao visitante a quantidade e variedade de materiais que lhe faça sentir como foi revolucionário, na ***arte de construir***, o contributo dos romanos. PL. 18 e 19

Até à pacificação do território sob Augusto, os povoados tinham casas a que melhor se pode chamar cabanas, cobertas de colmo e cujas paredes eram feitas de taipa ou materiais mais perecíveis; a construção em pedra limitava-se praticamente a muretes de fundação, encaixando-se os blocos uns nos outros, a seco ou calçados com terra e argila.

Os romanos trazem duas invenções fundamentais: o material cerâmico e a argamassa hidráulica. A primeira leva ao fabrico de telhas, tijolos, tijoleiras, elementos de canalização, peças ornamentais.

A segunda permite elevar a construção a qualquer altura com baixos custos e moderado esforço, fazer grandes abóbadas, impermeabilizar pavimentos e paredes, construir colunas e pilares ligeiros, feitos de tijolos rebocados, enfeitar as construções com revestimentos de estuque pintado ou moldado.

As argamassas são essencialmente feitas de cal, areia e pozzolana ou tijolo triturado, misturados com água. Os materiais de origem vulcânica conferem-lhes maior dureza enquanto as cerâ-

micas aumentam a sua resistência à água. Pelo facto de Sígnia, situada no Lácio, ser o primeiro grande centro produtor de tijolaria, os romanos chamam à argamassa saturada de pó e pedacitos de tijolo, *opus signinum*; por ser muito mais barato, este material é a alternativa que, em regra, se oferece a quem não pode fazer pavimentos de mosaico. Outra possibilidade é oferecida pelas tijoleiras, de vários formatos e tamanhos, de que este Museu guarda numerosos testemunhos. Entre eles distinguem-se os exemplares provenientes da *villa* situada em Milreu que se exibe mais adiante; apresentam marca epigráfica ou figurativa e parecem atestar uma produção local.

O uso de canos de chumbo com várias dimensões torna-se frequente a partir dos meados do século I, período de grande prosperidade económica e durante o qual se assiste em toda a província lusitana à renovação e desenvolvimento da construção de iniciativa privada.

Peças como a torneira distribuidora de água proveniente de uma *villa* (Santa Vitória do Ameixial, Estremoz) constituem prova inequívoca do desenvolvimento tecnológico de que se podia usufruir em pleno campo.

No embelezamento dos edifícios avultam as cantarias de calcário e mármore, e os revestimentos desta e de outras rochas decorativas tal como as brechas e a ardósia.

Os estudos petrográficos revelam que a maior parte dos mármores utilizados na Lusitânia provêm da região Estremoz – Vila Viçosa. Numa pedreira, actualmente em laboração, encontraram-se há poucos anos vestígios da técnica utilizada pelos romanos pàra extrair blocos e placas e ainda, um baixo-relevo executado no próprio local (actualmente no Museu Regional de Évora), relacionado com a água aí represada – obra espontânea de algum trabalhador com o mesmo estatuto humilde do *servus marmorarius** que dedicou uma lápide a Endovélico, no vizinho santuário de Terena (Alandroal).

Os calcários extraíram-se obviamente em muitos locais mas, entre outros, deviam ser famosos os de Ançã (Montemor-o-Velho) e S. Brissos (Montemor-o-Novo), pois é grande a distância a que, de ambos os lugares, se encontram as obras da época romana em que foram utilizados.

Torneira de canalização central, do Monte da Ribeira (Redondo) (*Plinto 18*). Cronologia: Época Romana. Comprimento: 57 cm.

Fragmento de pilastra, de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) (*Plinto 18*). Mármore. Época romana. Altura: 81,5 cm.

Indústrias

Novas técnicas, ao serviço de uma nova sociedade, exigem grandes quantidades de matérias-primas e produtos. Assim se alarga o número e a importância das indústrias extractivas; assim se criam novas indústrias transformadoras. O fabrico de cerâmicas para a construção civil é suficiente para alicerçar grandes fortunas. Os mármores, o cobre e as conservas de peixe da Lusitânia penetram nos circuitos do Império tornando-se apreciados e afamados durante toda a Antiguidade.

Exploração mineira

Além das informações que nos foram transmitidas por Plínio-o-Velho e que se baseiam essencialmente em testemunhos mais antigos, do tempo de Augusto, os achados arqueológicos permitem conhecer razoavelmente as explorações romanas de ouro, prata, cobre, estanho e chumbo em diversos pontos do território português. VIT. 28

De entre todas, avultam as minas de ouro em Jales e Tresminas (Vila Pouca de Aguiar) e as de cobre em S. Domingos (Mértola) e Algares (Aljustrel).

A investigação levada a efeito, nos últimos anos, em Aljustrel, mostra-nos que no final da Idade do Bronze e durante a Idade do Ferro já se explorara o chapéu de ferro de S. João do Deserto, aproveitando o vizinho Cerro da Mangancha para instalar a povoação.

A chegada dos romanos altera todos os hábitos e exige diferentes condições naturais para implantação do novo espaço urbano a que se chamava *Vipascum* ou ***Vipasca***. Troca-se a colina por uma zona plana (actual Valdoca) com acesso fácil aos algares onde, dos inícios do século I d.C. até pelo menos aos meados do século III d.C., se extrai cobre, prata e, talvez, ferro e ouro. Não muito longe, encontra-se o cemitério; a sua escavação permitiu estabelecer as datas referidas e conhecer o nível de vida dos mineiros e familiares.

A distribuição dos espólios por três museus não permite oferecer ao visitante uma ideia da quantidade e variedade dos objectos encontrados nem a reconstituição possível das actividades desenvolvidas naquela mina. No entanto, expõem-se algumas peças de inestimável valor: uma escada rudimentar, ou seja, um tronco de árvore com entalhes para apoio da plataforma de trabalho, no interior do poço; um balde de cobre e uma caleira para conduzir as águas para a galeria de esgoto; uma roldana e fragmentos de cordas pertencentes aos sarilhos que traziam o minério para o exterior e as águas profundas para os esgotos; uma tábua metálica, transcrevendo, em caracteres gravados, disposições legais referentes à exploração das minas.

Esta tábua foi descoberta em 1906, sob uma camada de escórias da época romana para onde deve ter sido atirada quando outra lei, mais actualizada, a terá colocado fora de uso; muito provavelmente corresponde à parte central de um texto de que se perdeu o princípio e o fim, contidas em mais duas tábuas, pelo menos.

Escrita em bronze, a lei destinava-se a ser afixada para conhecimento público do regulamento que o governador da província da Lusitânia acabava de enviar ao procurador *Ulpius Aelianus*, que fora escravo e agora liberto do imperador Adriano. No essencial, repetiam-se as disposições já conhecidas quanto ao regime de aquisição e exploração dos poços, à actividade fiscal e aos aspectos técnicos da mineração, mas introduziam-se duas novas prescrições: uma delas alterava o preço dos poços argentíferos, por disposição do próprio imperador, talvez para incrementar a extracção da prata; e outra, regulamentava a abertura de uma galeria de prospecção a partir do colector de águas.

Ainda que incompleto, e redigido para *Vipasca*, este regulamento reflecte a lei geral aplicada nas minas do domínio estatal durante o Alto Império.

Uma outra tábua, encontrada de igual modo nos escoriais, em 1876, apresenta um texto gravado nas duas faces, também incompleto mas representando um regulamento ligeiramente mais antigo que vale a pena conhecer.

Além das disposições relativas a impostos e exploração de escó-

rias e pedras de ardósia, são particularmente interessantes as que regulamentam os serviços mais diversos (banhos, escola, barbearia, sapataria, tinturaria) numa comunidade que - no dizer dos próprios textos - é extraterritorial, isto é, não se integra no regime municipal romano, pois está directamente sujeita à administração imperial.

Ao entregar o controlo dessa actividade a um antigo escravo da sua confiança, o imperador cumpre o seu dever de gerir a fazenda pública, reservando-se, todavia, o direito de confiar a pessoas que lhe estão afectas por laços pessoais de dependência.

A exploração pertence a homens livres que podem alugar os poços, extrair o minério e fundi-lo, sós ou associados, recorrendo ao trabalho de escravos, num regime de monopólio ou semi-monopólio que contempla igualmente outras actividades: o comércio, a produção oficinal, a prestação de serviços públicos. Mas tudo é avaliado, controlado e fiscalizado no quotidiano desta população cuja existência se pauta pela obrigação de, pontualmente, fornecer receitas ao Estado.

Contrariamente ao que se verifica para a quase totalidade das

Tábua de bronze de *Vipasca* (Aljustrel) (*Vit. 28*). Época de Adriano (117-138 d.C.). Comprimento: 55 cm.

jazidas arqueológicas, em *Vipasca*, os objectos feitos de materiais orgânicos são abundantes e excepcionalmente bem conservados como se pode verificar pelas madeiras e cordas apresentadas. Deve-se tal facto às condições do ambiente em que se mantiveram desde que os trabalhos na mina cessaram. As mesmas condições foram, pelo contrário, adversas aos metais, em especial, ao ferro. Em contacto com as águas subterrâneas, ricas em cobre dissolvido, o ferro precipita o cobre e entra ele próprio em solução. Esse fenómeno poderá explicar a ausência quase total das ferramentas que o desmonte do solo exigiu em abundância. O balde de cobre é uma preciosa excepção.

Entre as peças expostas, as lucernas constituem uma das categorias mais frequentes nas minas, pois eram a principal fonte de iluminação das galerias, colocadas em nichos rudemente afeiçoados para o efeito.

As cerâmicas e os vidros correspondem a produções da região e também a importações que se estendem do século I d.C. aos finais do século IV d.C., panorama cronológico que as moedas confirmam. São objectos necessários ao quotidiano pessoal dos mineiros e suas famílias, idênticos aos que, na mesma época, se utilizam na cidade ou no campo.

Fragmento de corda de esparto de *Vipasca* (Aljustrel) (*Vit. 28*). Séc. II d.C. Diâmetro médio: 2,8 cm.

Balde de cobre de *Vipasca* (Aljustrel) (*Vit. 28*). Séc. II d.C. Altura: 22 cm.

Ânforas (dos tipos Dressel 14 b e Almagro 51 c), de Tróia (Grândola) (*Vit. 29*), respectivamente dos séc. I-II e III-IV d.C. Comprimento da maior: 98,5 cm.

Ânforas destes tipos são características da Lusitânia, sendo utilizadas para transportar produtos derivados da indústria conserveira, entre os quais o *garum*.

Indústria conserveira

VIT. 29

Na margem esquerda do Sado, frente a Setúbal, situam-se as ruínas de uma importante povoação romana cujas origens parecem remontar aos meados do século I d.C.

Ignora-se o seu nome antigo. O actual - ***Tróia*** - já é mencionado no século XVI, supondo-se que foi nessa época atribuído por eruditos que assim mostravam o apreço em que tinham as imponentes ruínas.

Nos meados do século XIX, também a rainha D. Maria se deixou impressionar pelo local, mandando proceder a escavações. Recolheram-se muitos achados entre os quais avulta a bela coluna de mármore que actualmente adorna a Praça do Marquês de Pombal, em Setúbal.

Em 1930 (?), ainda era possível descrever uma fiada de casas de dois pisos e reproduzir os desenhos a fresco que lhes adornavam as paredes e os tectos.

Posteriormente, diversas foram as campanhas de trabalhos arqueológicos que revelaram mais estruturas, identificando-se — para além das casas da rua da Princesa, entretanto desaparecidas — diversos núcleos de habitação e indústria, três zonas de enterramento e um edifício religioso, atribuíveis a vários períodos cronológicos.

A instalação industrial consta de tanques e um sistema de aquecimento para salga de peixe e preparação de *garum* — o famoso condimento dos romanos.

Consoante a variedade dos peixes e das ervas aromáticas utilizadas, a qualidade do sal e a perícia dos conserveiros, assim resultava de qualidade excelente, boa ou má, esse produto obtido pela maceração e fermentação de peixe miúdo, ovas, sangue e vísceras de grandes peixes, a que poderia juntar-se algum marisco para provocar sabores mais raros e requintados.

Segundo testemunho de autores antigos, o *garum* da Lusitânia era da mais alta qualidade, e o deste lugar situado em Tróia devia ter muita fama. Não fora assim, e a indústria não teria conseguido vencer a grande crise económica do século III d.C. como se prova pela descoberta de construções e numerosos objectos datáveis no século IV d.C.

As moedas mais recentes são de 402 - 408, cronologia coincidente com a de alguns vidros e lucernas e louças de mesa importadas de África.

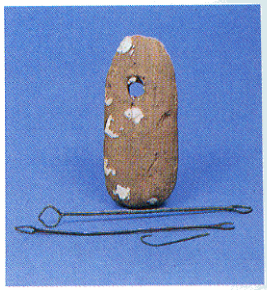
Os cemitérios forneceram a maior parte dos objectos que constituem as colecções de Tróia, neste Museu, e das quais se expõem os exemplares que julgamos mais representativos do nível de vida dessa população e da diversidade de objectos ligados à indústria que justificou a existência de uma cidade na estreita península do estuário do Sado.

O peixe salgado, cortado aos pedacitos, e os moluscos igualmente conservados eram embalados em ânforas. Outros recipientes cerâmicos mais pequenos - em forma de bilha, de pote e de frasco - serviam também para guardar e transportar o *garum* nas suas formas diversas de líquido, pasta e concentrado, admitindo-se que algumas espécies mais caras fossem vendidas em frasco de vidro.

A descoberta de alguns fornos mostra-nos que estes recipientes cerâmicos eram fabricados em oficinas situadas na margem direita do rio, as quais forneciam ainda louças de cozinha.

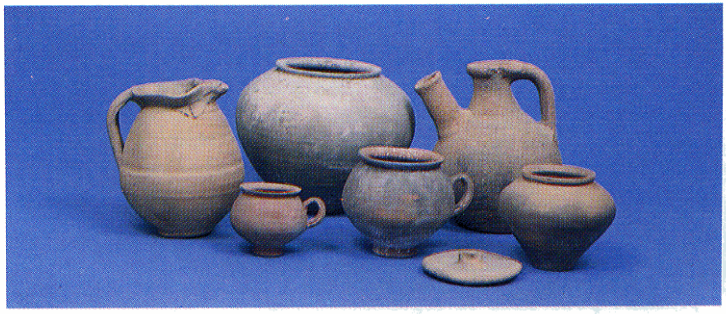
Pesos de rede, anzóis, agulhas para fazer redes são instrumentos directamente ligados à pesca, muito abundantes neste lugar. Da vida doméstica e do ambiente em que se desenvolvia, testemunham os pequenos objectos expostos, sobressaindo, entre eles, o estojo de costura e alguns objectos de adorno e uso pessoal que acompanharam os restos mortais de *Galla*, falecida aos 35 anos e a quem seu marido prestou a devida homenagem e quis proteger, colocando na sepultura a concha profiláctica de um *Pecten*.

PL. 20 Em plinto isolado, exibe-se uma ***estátua feminina*** que, embora mutilada e corroída, é uma bonita cópia de um modelo helenístico, reveladora de uma existência neste centro industrial de padrões de gosto relativamente requintados.



Conjunto de peso de rede, agulhas e anzóis, de Tróia (Grândola) (*Vit. 29*). Época Romana. Altura do peso: 16,5 cm.

Cabeças de alfinetes de osso, de Tróia (Grândola) (*Vit. 29*). Época Romana. Altura da figura feminina esculpida: 2,3 cm.



Conjunto de recipientes de cerâmica comum, de Tróia (Grândola) (*Vit. 29*). Época Romana. Altura do 1.º vaso à esquerda: 16,5 cm.

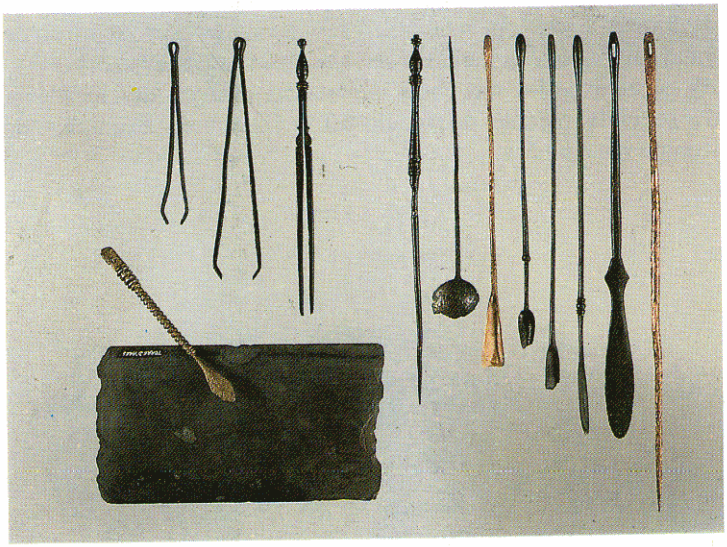
Culto Funerário

Para os romanos a morte transforma os homens em manes - seres puros e divinos que do além tutelam cada família.
Segundo os hábitos e as crenças de cada época os cadáveres são inumados ou incinerados enterrando-se os restos mortais juntamente com objectos de adorno e uso pessoal do defunto.

Neste pequeno sector da exposição, alguns objectos evocam esses hábitos piedosos.
Embora algumas famílias ricas construam mausoléus, a prática corrente é a de colocar os restos mortais e as oferendas numa simples cova ou em sepultura construída debaixo da terra.
Em qualquer dos casos, frequentemente se marca o local com um epitáfio que identifica o morto e aqueles que o mandaram lavrar para sua honra e protecção.
O pequeno ***monumento que evoca Caio Servílio Clarano***, falecido aos dezoito anos de idade, tem a forma de um altar em cujo topo se abre uma concavidade destinada ao ritual do culto dos Manes. PL. 22
Estes deuses tutelam a família - na globalidade dos membros vivos e desaparecidos - podendo castigar os que não celebrem o culto devido no próprio local da sepultura.
A ***tampa em forma de pipa*** que cobria as cinzas de *Cogitata*, menina de cinco anos, é consagrada às mesmas divindades mas corresponde a uma prática litúrgica mais simples do que a exigida pela ara. PL. 21
Terminam ambas as dedicatórias pelo voto de que a terra seja leve para quem ali jaz, numa expressão bastante comum durante a época romana.
Nas vitrinas seguintes, expõem-se dois espólios sepulcrais com muito interesse não só pela qualidade dos objectos mas também pela indicação que sugerem das profissões que os seus proprietários exerceram. VIT. 30 e 31
O primeiro pode datar-se seguramente entre os finais do século I

Cupa, de Mértola. (*Plinto 21*). Mármore. 2ª metade do séc. II d.C. Comprimento: 93 cm.

As cupas, monumentos funerários em forma de pipa que se colocavam sobre as sepulturas, são características do Alentejo.



Estojo de cirurgião, de Torre d'Ares (Tavira). (*Vit. 31*). Séc. II/III d.C. Comprimento da placa: 12,3 cm.

e o segundo quartel do século II, face à qualidade e às formas dos objectos de vidro. Que terá feito em vida esse defunto cujas cinzas alguém fez acompanhar por um almofariz de mármore com seu pilão, e por garrafas, boiões e unguentários* de vidro? Talvez não seja demasiada ousadia supor que se dedicou à ***preparação de remédios ou cosméticos***, talvez mesmo a ambas as coisas.

Igualmente interessante é o conjunto de lígulas*, sondas, pinças, agulhas, uma colher e um escalpelo* de bronze, peças essenciais num ***estojo de cirurgião*** a que nem sequer faltam as pedras para preparação de pomadas e unguentos. O homem a quem pertenceu e cujo nome desconhecemos, foi sem dúvida um cidadão importante de Balsa (Tavira), a cidade que, pelos espólios exumados, aparece como um dos sítios arqueológicos mais ricos, no território português.

Os testemunhos que acabámos de comentar, referem-se a incinerações praticadas durante os dois primeiros séculos. No seguinte, volta a preferir-se a inumação, colocando-se os corpos em caixões de madeira ou pedra, num ritual que, em seus aspectos essenciais prevaleceu sem interrupção até aos nossos dias.

Os ***sarcófagos*** de mármore, profusamente esculpidos, fizeram moda a partir do século II d.C. Produzidos em série, em oficinas de Roma e do Mediterrâneo oriental, foram cedo copiados e imitados em diversos lugares, deslocando-se para ocidente, durante o século IV d.C., todo o peso desse labor artístico. A preponderância da doutrina e da fé cristãs leva ao aparecimento de formas novas e à renovação dos temas decorativos a par de uma progressiva diminuição da qualidade artística. PL. 32 e 33

As peças expostas são obras importadas, datáveis dos meados e da segunda metade do século III d.C. e bons exemplos da iconografia clássica.

Sarcófago de menina, de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira) (*Plinto 33*). Mármore. Meados do séc. III d.C. Comprimento: 118 cm.

Conjunto de almofariz e garrafas, da sepultura do Pombalinho (Santarém) (*Vit. 30*). Finais do séc. I d.C./ /segundo quartel do séc. II d.C. Diâmetro máximo do almofariz: 19 cm; altura média dos frascos de vidro: 13,7 cm.

As *Villae*

A civilização romana tem raízes profundas na posse e cultura da terra e na estabilidade familiar. Latifúndio ou média propriedade, cada herdade é um mundo auto-suficiente. Ao lado do amo, desenvolve-se a *familia rustica* composta por homens livres e escravos que asseguram os trabalhos dos campos e os domésticos, a produção de gado e dos serviços artesanais. Muitas são as *villae* que fabricam para si as louças de cozinha e os materiais de construção; diversas, as que mantêm médico próprio.

A importância económica e social da *villa*, tantas vezes comparada ao "monte alentejano", sente-se bem na organização do espaço, na diversidade dos materiais e objectos, na longa permanência do modelo que constitui.
Até hoje, nenhuma *villa* foi completamente escavada no território português. Por isso, optou-se pela exposição lado a lado de objectos de diversa proveniência, de modo a fornecer ao visitante um quadro mais completo. Tal recurso não obsta a que se tome por base os espólios de dois sítios bem representados nas colecções do Museu e correspondentes a *villae* importantes. Situam-se em Torre de Palma (Monforte) e Milreu (Faro) e equivalem-se pela qualidade e abundância dos testemunhos arquitectónicos, óptimos exemplos de estruturas socioeconómicas auto-suficientes e ainda prósperas, após a derrocada do Império.

Repartem-se por alguns plintos e três vitrinas, as peças expostas. Na primeira, diversos exemplos do que chamamos ***objectos do quotidiano*** revelam hábitos e necessidades conducentes a soluções que ainda nos são familiares. VIT. 32
As louças e os vidros testemunham produções locais e importações que em Torre de Palma se estendem do século I d.C. ao século V d.C. Ao lado das formas e técnicas romanas é considerável a importância da tradição cerâmica indígena, constatando-se em conjuntos sepulcrais uma coexistência que chegou

até ao século II d.C. Os vasos metálicos são achados menos frequentes do que as cerâmicas ou os adereços e os ornatos de osso e de metal. Daí, o interesse do pequeno conjunto datável nos dois primeiros séculos da nossa era, constituído por uma caçarola, duas tacinhas e uma concha, a que se junta um pratel de cronologia provavelmente mais baixa. Não se dispõe de nenhuma sítula*, mas expõem-se armelas* e uma asa típicas desta forma de balde tão comum nas casas romanas.

As facas e o cutelo são também frequentes, o mesmo podendo dizer-se dos pesos e da balança. Esta pertence ao tipo greco-romano e pesava desde um escrúpulo (1,122 ou 1,137 g) até uma libra (323,25 ou 327,45 g). Pesagens tão baixas só as faziam, possivelmente, o ourives, e o preparador de remédios ou cosméticos. A propósito, assinalaremos um grupo de objectos - lígulas, escalpelo*, colher, unguentários - que tanto poderão ter estado na maleta de um médico ou do preparador como numa mesa de toucar; a esta pertence o espelho de mão a que lhe falta o cabo.

Alfinetes de cabelo, anéis e pedras de anel, alfinetes de segurança - a que chamamos fíbulas - estão presentes em modelos que se situam do século I d.C. ao século IV d.C. Dois brincos, em forma de argola aberta, são típicos do período suevo-visigótico.

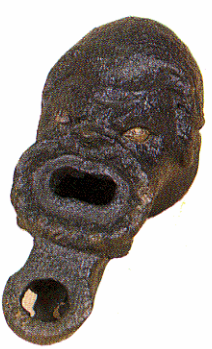
Bonita lucerna deve ter sido aquela a que pertenceu a asa de bronze decorada com uma cabeça feminina idealizada, de bom recorte. Data da segunda metade do século I d.C. ou do século seguinte, cronologia igualmente atribuível a outra lucerna metálica em forma de máscara grotesca cujos olhos apresentam delicados embutidos de prata.

Um estilete recorda-nos a escrita sobre tábua encerada, e a caixa de selo que o acompanha, o sigilo da correspondência.

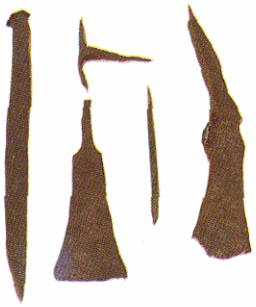
Da segurança das portas e de alguns móveis, falam-nos a chave de tranca, o fecho de arca, o espelho de fechadura.

No quadro de evocações das actividades diárias dos ocupantes da *villa*, não faltam exemplos de fichas para jogos de azar, e de armas de arremesso que mais devem ter servido para caçar do que para fazer guerra.

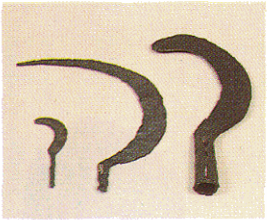
Conjunto de vasos metálicos, de Torre de Palma (Monforte) (*Vit. 32*). Época Romana. Diâmetro da tigela maior: 5,8 cm.



Lucerna em forma de máscara, de Torre de Palma (Monforte) (*Vit. 32*). Bronze. Cronologia: séc. I-II d.C. Comprimento: 8,1 cm.



Ferramentas de Torre de Palma (Monforte) (*Vit. 33*). Ferro. Época Romana. Comprimento do escopro: 16,5 cm.



Alfaias agrícolas, de Torre de Palma (Monforte) (*Vit. 34*). Ferro. Época Romana. Comprimento da foice maior: 30,5 cm.

A segunda vitrina exibe ferramentas e materiais que ilustram algumas das ***actividades artesanais*** mais importantes. VIT. 33

A construção e a manutenção dos edifícios reunia o maior número delas: alvenaria, cantaria, carpintaria, serralharia, cerâmica, estucagem e pintura. Referem-se-lhes o prumo de chumbo, a espátula, o buril, o cinzel, a goiva, a machadinha-enxó, a plaina, a bigorna, o prego, o grampo e a cavilha.

Certo é, porém, que alguns destes objectos evocam outras profissões a que muito se recorria na *villa* tais como a de construtor de carros e a de tanoeiro, as quais, à carpintaria aliam a serralharia.

Estucadores, pintores e canteiros existiram, sem dúvida, em Torre de Palma e Milreu, se não permanentemente, ao menos durante os períodos de construção e remodelação dos prédios. Os testemunhos expostos são fragmentos pequenos mas de boa qualidade. Entre as produções locais de cerâmica doméstica e para a construção, distinguem-se os tijolos com marca estampada.

No campo como na cidade, a fiação e a tecelagem constituíam importante ocupação feminina, sendo elevado em qualquer *villa* o número de fusos, cossoiros, pesos de tear e placas para fabrico de galões.

Na última vitrina, alfaias diversas evocam os ***trabalhos agrícolas*** que durante quatro ou cinco séculos se desenvolveram nas *villae*. A persistência, até aos nossos dias, das formas e dimensões dessas ferramentas é um dado que ressalta imediatamente aos olhos do visitante e prova que entre a época romana e o aparecimento da mecanização, a agricultura não conhece mudanças essenciais. VIT. 34

De realçar - pela relativa raridade que constitui, nas colecções portuguesas - a sega aqui exposta. Trata-se de uma espécie de grande faca que por cima da ponta da relha do arado, e um pouco adiante dela, a ajuda a rasgar a terra mais dura. Este instrumento já é citado por Plínio e parece ter sido frequente, desde o seu tempo, em regiões correspondentes ao noroeste e centro europeus, tendo sido introduzido na Lusitânia, provavelmente nos finais do Império.

PL. 23, 24
26-28, 30 e 31

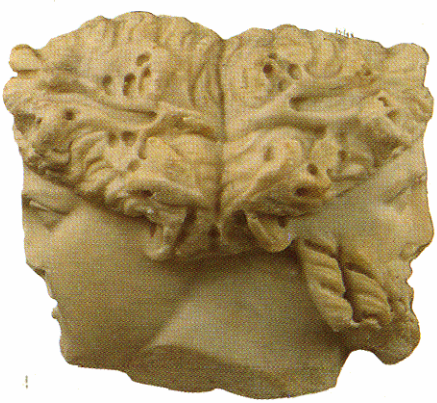
Em plintos isolados mostram-se algumas ***peças escultóricas*** que testemunham o nível cultural e a riqueza dos proprietários de muitas destas casas de campo, os quais manifestam um gosto particular pelo retrato e pelas esculturas ornamentais destinadas a interiores e jardins.

PL. 25

Da *villa* situada em Torre de Palma provém o fragmento de ***mosaico*** exposto. Faz parte de um vastíssimo pavimento em cuja entrada se situava, ostentando um pedido que é também advertência e saudação: *Sco(ba) (as)pra tesselum ledere noli Uteri f(elix)*, ou seja, "não estragues este mosaico com uma vassoura dura. Felicidades".

Este mosaico data provavelmente de finais do século III d.C. e corresponde a um momento de total remodelação da *villa*. No século anterior, foi lavrado o pequeno ***monumento dedicado a Marte*** por Marco Célio Celso que, por certo, era então o dono da propriedade e para ele invocava a protecção do deus da guerra e da agricultura, num legítimo anseio de garantir a paz e o sustento a todos os que dele dependiam. Nos plintos 32 e 33 (ver pág. 90) os sarcófagos terminam este espaço expositivo.

PL. 29



Hermes báquico, da Quinta do Muro-Cacela (Tavira) (*Plinto 23*). Mármore. Época de Calígula ou Cláudio (37-54 d.C.). Altura: 21 cm.

Painel das Musas do Mosaico báquico, de Torre de Palma (Monforte) (*Plinto 24*). Calcário e vidro. Séc. III d.C. Comprimento: 241 cm.

Glossário

ABEVILENSE (de Abbeville, França) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Inferior que muitos autores assimilam a um estádio inicial do Acheulense.

ACHEULENSE (de St. Acheul, França) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Inferior, difundida por quase todo o Velho Mundo. Dela são especialmente característicos os triedros, os bifaces e os machados de mão.

ALINHAMENTO – Conjunto de menires, dispostos em fiadas, frequentemente repetidas paralelamente e de extensões variáveis.

ALPIARÇA (cultura de) – Horizonte cultural que marca a transição da Idade do Bronze Final para a Idade do Ferro, caracterizado pela ocorrência de rituais de incineração em urnas.

ANCORENSE (de Vila Praia de Âncora) – *V.* Asturiense.

ÂNFORA – Vasilha de duas asas para transporte de vinho, azeite e conservas.

ANTA – Sepulcro megalítico destinado a enterramentos colectivos, normalmente constituído por uma câmara e corredor.

ANTROPOZÓICO — *V.* Quaternário.

ARA – Altar destinado a sacrifícios; pedra em forma de altar para receber inscrição votiva ou funerária.

ARMELA DE SÍTULA – Argola para suporte de asa.

ASSE – Moeda romana de bronze equivalente a metade da onça.

ASTURIENSE – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Mesolítico registada no litoral asturiano e caracterizada por diversos instrumentos macrolíticos, entre os quais os picos. No litoral minhoto, conjuntos de instrumentos aparentemente do mesmo tipo têm-se por vezes chamado de *Ancorense*.

ÁUREO – Moeda romana de ouro.

AURIGNACENSE (de Aurignac, França) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Superior Inicial caracterizada, entre outros, por determinados tipos de retoque nas lâminas, de buris e de raspadeiras (carenadas).

AUROQUE – Bovídeo selvagem, antepassado do boi actual.

BAIÕES (cerâmica de tipo) – Cerâmica, moldada à mão, da Idade do Bronze Final e característica do sítio de Baiões, no distrito de Viseu.

"BARNIZ ROJO" – Cerâmica púnica de cor vermelha, e vermelha acastanhada, difundida no Mediterrâneo ocidental e nas costas atlânticas do sul de Portugal e do norte de África a partir do século V a.C.

BIFACE – Utensílio característico do Acheulense. O mais universal dos instrumentos humanos, próprio para utilizar na mão, com funções provavelmente muito variadas.

BORDOS DENTEADOS (cerâmica de) – Recipientes de cerâmica cujos bordos são decorados com incisões profundas, serrilhadas.

BURIL – Instrumento em pedra lascada comum durante o Paleolítico Superior, caracterizado pela obtenção, através de técnicas especiais, de uma aresta cortante robusta, eventualmente destinada à gravação.

CAMPANIENSE (cerâmica) – Cerâmica fina produzida na Campânia (sul de Itália), que imita o engobe negro da cerâmica grega; foi exportada para todo o Mediterrâneo na época republicana e dela se fizeram cópias locais.

CAMPANIFORME – Fase final do Calcolítico, caracterizada por um tipo de cerâmica profusamente decorada, cuja forma mais típica lembra uma campânula invertida.

CARDIAL (cerâmica) – Estilo decorativo do Ocidente mediterrânico obtido pela utilização de conchas de berbigão (família *cardidae*), como matriz, em algumas cerâmicas do Neolítico Antigo.

CECA – Oficina de cunhagem.

CENOZÓICO – Última grande divisão (Era) da história da Terra, incluindo o Terciário e o Quaternário.

CISTA – Túmulo de inumação ou de incineração, de forma sub-rectangular, cujas paredes são constituídas por lajes colocadas verticalmente e que correspondem normalmente a sepulturas individuais.

CITERIOR – Uma das duas divisões administrativas da Hispânia, que correspondia à parte centro e leste da Península.

CONCHEIRO – Estação arqueológica característica do Mesolítico europeu, embora se prolongue para períodos posteriores. Locais de vida e de enterramento dos mortos, neles se salientam as enormes acumulações de conchas de moluscos que lhes sugerem o nome.

CONTO (de lança) – Parte terminal, metálica, que protege a base da lança.

COORTE – Nome dado genericamente às unidades de infantaria das tropas aliadas dos romanos, e a partir de Mário, a cada uma das 10 unidades que compunham a infantaria da legião; cada coorte subdividia-se em três manípulos.

COPOS CANELADOS – Tipo de cerâmica característico das primeiras fases do Calcolítico, anterior ao aparecimento da cerâmica campaniforme, de formas cilíndricas, paredes finas e bem alisadas e decoradas no bordo com fiadas de incisões paralelas.

CRÁTERA – Tipo de grande vasilha, onde, segundo a tradição se misturava a água e o vinho.

CROMELEQUE – Conjunto de menires dispostos num ou mais círculos (concêntricos).

CULTURA – Em sentido arqueológico, designa um conjunto de artefactos (objectos móveis ou imóveis) e sítios recorrentes num determinado tempo e espaço; em sentido antropológico, tem um significado mais vasto, incluindo aspectos relacionados com os comportamentos, os sistemas de valores e, em certos casos, a definição étnica.

CUPA – Pedra tumular em forma de barril ou meio barril.

DENÁRIO – Primeira moeda romana de prata, criada após a segunda guerra púnica, com o valor de 10 asses.

DENTICULADO – Instrumento de gume dentado, comum em toda a Pré-História e particularmente na caracterização do Paleolítico Médio.

DEUSES MANES – Divindades menores que correspondem às almas dos mortos de uma família.

DÓLMEN – *V.* Anta.

DUPÔNDIO – Moeda romana, equivalente a 2 asses.

DUUNVIRO – Cada um dos dois magistrados romanos que funcionavam juntamente; geralmente aplica-se a cada um dos dois magistrados superiores de uma cidade.

ECÚMENA – O espaço geográfico ocupado pela humanidade em cada fase da sua evolução histórica.

EL ARGAR (cultura de) – Horizonte cultural característico da 1.ª fase da Idade do Bronze do Sudeste peninsular, que toma o nome do sítio epónimo de El Argar (Almeria).

ESCALPELO – Instrumento cirúrgico usado para dissecações anatómicas.

"ESCARAVELHO" – Coleóptero sagrado do Egipto faraónico; a sua representação, tridimensional, em tamanho natural ou um pouco maior, feita em pedras preciosas macias, ou em moldagens de pasta vítrea, era usada, em colares ou anéis, como amuleto; servem como bons indicadores de datação por apresentarem geralmente na base o nome do faraó, escrito em hieróglifos.

ESPADA – Arma ofensiva constituída por uma lâmina de dois gumes. *De língua de carpa*: com a ponta da lâmina nesta forma, característica da Idade do Bronze. *De antenas*: com dois espigões no topo da empunhadura, por vezes curvos em forma de lira e terminados em botão; característica da 2.ª Idade do Ferro, quando as antenas, hipotrofiadas, se reduziram já a botões.

ESTÁTUA-MENIR – Escultura antropomórfica realizada sobre um bloco de pedra de dimensões variáveis, destinada a ser colocada verticalmente no solo, como um menir.

ESTELA – Designação atribuída genericamente a qualquer laje de pedra, inculturada ou epigrafada, com funções funerárias, rituais ou votivas.

FALCATA – Espada típica da 2.ª Idade do Ferro da Península Ibérica, de desenho convexo, com um só gume, e com guarda-mão; é uma das armas usadas para acutilar.

FALSA CÚPULA (sepulcro de) – Monumento característico do Calcolítico, normalmente constituído por um corredor e uma câmara circular ou poligonal, coberta por uma estrutura em pedras de pequenas e médias dimensões, formando uma abóbada, encimada por uma laje de fecho.

FERRADEIRA (horizonte de) – Fácies terminal do Calcolítico Final do Baixo Alentejo e do Algarve, no qual ocorrem a maior parte dos elementos constituintes do chamado "conjunto campaniforme", exceptuando a rica decoração que tanto caracteriza a cerâmica campaniforme.

FÍBULA – Espécie de alfinete de segurança.

FOLHA DE ACÁCIA (cerâmica de) – Tipo de cerâmica ornamentada com motivos foliácios, normalmente junto ao bordo, característica do Neolítico e do Calcolítico Médio.

FÓSSIL – Resto de ser animal (incluindo o Homem) ou vegetal, cuja preservação

GLACIAÇÕES – Fases de clima frio, durante as quais as calotes glaciares permanentes se estendiam até latitudes muito meridionais, a altitudes igualmente mais baixas do que as actuais. Durante as glaciações o nível do mar descia muitíssimo (Regressões). As quatro glaciações clássicas do Plistocénico europeu são, por ordem de antiguidades: Günz, Mindel, Riss e Würm.

GEOMÉTRICO – *V.* Micrólito.
passou por um processo químico de mineralização, através da substituição dos compostos constituintes do ser vivo, por minerais do sedimento envolvente.

GRAVETENSE (de La Gravette, França) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Superior Inicial caracterizada, entre outros, pelas lâminas de dorso abatido por retoque abrupto, por vezes dando origem a utensílios muito típicos, tais como as pontas de La Gravette.

***HABITAT* (solo de)** – Expressão utilizada num sentido amplo para designar todos os níveis arqueológicos preservados em condições tais que neles se possam identificar os padrões da ocupação humana aí existente.

HIPOGEU – Sepulcro escavado na rocha.

HOLOCÉNICO – Último período de história da Terra, correspondendo à época pós-glaciária, que se estende até aos nossos dias.

HOMINIZAÇÃO (processo de) – Percurso que leva das primeiras formas de Primatas superiores, incluídos na superfamília dos Hominóides, passando pela família dos Hominídeos, até ao género *Homo* e todas as suas espécies fósseis (*habilis*, *erectus*, *sapiens neanderthalensis*) e ao chamado "Homem Moderno", biologicamente idêntico ao actual (*Homo sapiens sapiens*).

IMPRESSA (cerâmica) – Cerâmica cuja decoração é obtida pela utilização de uma ou várias matrizes (conchas, unhas, etc.), reproduzindo sucessivamente os mesmos motivos.

INCISA (cerâmica) – Cerâmica cuja decoração é obtida pela utilização de um punção fino, com o qual se traçam motivos variados.

KYLIX – Pequeno vaso grego para libações.

KRATER – Tipo de grande vasilha, onde, segundo a tradição, se misturava a água e o vinho.

LAMELA – *V.* Lâmina.

LÂMINA – Lasca de forma muito alongada e bordos sensivelmente paralelos, que surge ocasionalmente no Paleolítico Médio e vem a ser fabricada abundantemente a partir do Paleolítico Superior. Objecto de retoque secundário, ela pode transformar-se num grande número de instrumentos que assim se dizem "sobre lâmina". Quando de pequenas dimensões, as lâminas designam-se por *lamelas*.

LANGUEDOCENSE (do Languedoc, França) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Superior Final e do Mesolítico registada nos vales fluviais e caracterizada por diversos instrumentos macrolíticos, entre os quais seixos talhados de tipo especial, discos, etc. O termo tem sido utilizado em sentido muito mais amplo, mas neste caso de forma que hoje se tem por ultrapassada.

LASCA – Subproduto de talhe de um bloco. Aquilo que se extrai ao talhar sucessivamente uma massa inicial de pedra ou as lascas que anteriormente já tenham sido obtidas. As lascas podem ser iniciais, de descorticamento, de preparação e residuais ou esquírolas. Quanto à sua morfologia, podem ser lâminas, pontas ou lascas propriamente ditas.

LATIUM MINUS (= *ius Latii minus*) – Direito de cidadania latina referente a todos os direitos civis dos cidadãos romanos, mas não aos direitos políticos, salvo para os magistrados municipais e provinciais.

LEGIÃO – Unidade táctica do exército romano; o número de militares que a compunha variou, segundo as épocas, entre 4000 e 7000 homens.

LEVALLOIS (técnica) – Técnica do trabalho da pedra por lascamento surgida no Paleolítico Inferior e muito desenvolvida a partir do Paleolítico Médio. Define-se pela preparação dos núcleos de tal forma que os subprodutos deles obtidos constituíam formas pré-concebidas, muito próximas do instrumento final desejado.

LÍGULA – Instrumento de "toilette" e de medicina próprio para a preparação de cosméticos e de remédios.

LÍTICO – De pedra.

LUCERNA – Candeia de azeite.

MACROLÍTICO (instrumento) – Utensílio em pedra, de dimensões consideráveis, por oposição a *microlítico*.

MADALENENSE/MAGDALENENSE (de La Madeleine, França) – Tradição de

fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Superior Final, caracterizada, entre outros aspectos, pelo desenvolvimento de utensílios em osso (zagaias, arpões, etc.) e instrumentos microlíticos (lamelas, geométricos).

MAMOA – Estrutura de forma arredondada e secção aproximadamente semicircular, constituída por pedras e terras, que cobria normalmente os monumentos funerários megalíticos.

MEGALITISMO – Fenómeno comum a um conjunto de culturas que na Europa se estendem do Neolítico Médio à Idade do Bronze, caracterizado pela construção de recintos sagrados e monumentos funerários de vários tipos, constituídos por grandes pedras e normalmente destinados a enterramentos colectivos.

MENIR – Bloco de pedra normalmente de grandes dimensões, fincado verticalmente no solo, afeiçoado e por vezes decorado.

MESOZÓICO – Penúltima grande divisão (Era) da história da Terra, durante a qual se desenvolveram os grandes répteis e se originaram os mamíferos.

MICOQUENSE (de La Micoque, França) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Inferior, que muitos autores assimilam a um estádio final do Acheulense. São célebres os seus bifaces de formas muito evoluídas.

MICRÓLITO – Instrumento lítico de pequenas ou muito pequenas dimensões (1 cm), obtido a partir de lamelas retocadas ou segmentadas, através de uma técnica especial (microburil), dando neste caso origem a figuras geométricas (rectângulo, triângulo, crescente).

MILIÁRIO – Coluna que, à beira das estradas romanas, indicava, em milhares de passos, as distâncias entre povoações.

MIRENSE (do rio Mira) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Superior Final e do Mesolítico registada nos litorais do Alentejo e do Algarve e caracterizada por diversos instrumentos macrolíticos, entre os quais o machado mirense.

MUSTIERENSE (de Le Moustier, França) – Tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Médio caracterizada por instrumentos sobre lasca, tais como as pontas, os raspadores e os denticulados. Na Europa ocidental encontra-se estreitamente relacionada com o *Homo sapiens neanderthalensis*.

NÚCLEO – Artefacto que, durante o processo de fabrico de instrumentos de pedra lascada, se concebe como a base a partir da qual se obtêm subprodutos (lascas, em sentido lato), que constituem o suporte directo dos utensílios pretendidos. Os núcleos podem ser feitos "sobre bloco" ou "sobre lasca".

ORNATOS BRUNIDOS – Técnica decorativa que produz motivos geométricos, obtidos por afagamento das paredes dos recipientes cerâmicos com utensílios de superfícies lisas, muito característica da Idade do Bronze Final do centro e sul de Portugal.

PALEOECOLOGIA – Campo disciplinar no qual se procura o levantamento dos climas e das paisagens antigas e a relação existente entre elas e o Homem. Nele se incluem entre outras, a Paleontologia, a Palinologia, a Sedimentologia e a Geomorfologia.

PALEOZÓICO – Antepenúltima grande divisão (Era) da história da Terra, durante a qual se desenvolveram os animais, em meio aquático.

PARPALLÓ (ponta de) – Instrumento lítico do Solutrense, característico da sua "província" mediterrânica e definido pela base pedunculada e pelos dois lados com aletas.

PELIKE – Vasilha grega que representa uma variante de ânfora, sobretudo a partir do séc. IV d.C., que se alarga junto à base, mas já conhecida em Atenas desde o fim do séc. VI a.C.

PICO – Instrumento macrolítico típico do Paleolítico Superior Final e do Mesolítico em certas regiões costeiras da Península Ibérica, eventualmente destinado à colecta de moluscos nas falésias litorais.

PLISTOCÉNICO – Primeiro período do Quaternário, correspondente à Idade Glaciária e ao Paleolítico.

PRÉ-ACHEULENSE – Período anterior ao Acheulense, ou tradição de fabrico de instrumentos líticos do Paleolítico Inferior Arcaico, caracterizado por seixos talhados de forma mais ou menos elementar.

QUATERNÁRIO – Última grande divisão (Era) da história da Terra, ou segunda grande divisão da Era Cenozóica, durante a qual se desenvolve a Humanidade.

RASPADEIRA – Instrumento lítico sobre lâmina ou lasca, definido por uma frente activa bem delimitada e retocada, muito frequente no Paleolítico Superior e em períodos posteriores.

RASPADOR – Instrumento lítico sobre lasca, definido por um gume retocado, muito frequente no Paleolítico Médio, embora exista anteriormente e surja também posteriormente.

REGRESSÃO – V. Glaciação.

SERVUS MARMORARIUS – Escravo, canteiro.

SESTÉRCIO – Moeda romana de bronze equivalente a 4 asses.

SINISTRORSA (escrita) – Escrita que se lê da direita para a esquerda.

SÍTULA – Balde ou caldeira para transporte e aquecimento de água.

SKYPHOS (ou ***KOTYLE***) – Vaso grego, geralmente pequeno, para beber.

SOLLIFERREA – Lanças curtas de arremesso, todas de ferro; usaram-nas os gauleses e os romanos.

SOLUTRENSE (de Le Solutré, França) – Tradição de fabrico de instrumentos do Paleolítico Superior Pleno, caracterizada pelo desenvolvimento de instrumentos elaborados com um retoque invasor, subparalelo, frequentemente de tipo foliácio (folhas de loureiro, de salgueiro, pontas, etc.). Na Península Ibérica, o Solutrense divide-se em duas "províncias culturais": a Cantábrica e a Levantina ou Mediterrânica.

TARRACONENSE – Nome de uma das três grandes províncias romanas da Península Ibérica, na divisão administrativa do imperador Augusto; correspondia genericamente ao território da Citerior* e o seu nome vem do da sua capital *Tarraco*, a actual Tarragona.

TAYAC (ponta de) – Instrumento lítico do Paleolítico Inferior e Médio, feito sobre lasca e com os lados convergentes da ponta denticulados.

TERRA SIGILLATA – Cerâmica fina romana, caracterizada pela sua superfície brilhante de cor (laranja, vermelho ou vermelho acastanhado), por vezes com a marca estampilhada do fabricante; foi usada quase exclusivamente em objectos de mesa.

THOLOS – *V.* Falsa cúpula.

TRANSGRESSÃO – Período de subida do nível do mar correspondente a uma fase do clima temperado, interglaciário, interestadial ou pós-glaciário (Transgressão Flandriana, neste último caso).

TRIA NOMINA – Designativo da composição do nome do cidadão romano.

TRIBO GALÉRIA – Uma das divisões censitárias da população do império romano; pertenceram a esta tribo a maioria dos habitantes da Hispânia.

TRIBO QUIRINA – Uma das divisões censitárias da população do império romano; na Hispânia esta tribo foi atribuída aos que receberam a cidadania no tempo do imperador Vespasiano.

TRIEDRO – Instrumento lítico do Acheulense, caracterizado por uma forma robusta apontada e uma secção triangular.

ULTERIOR – Uma das duas primeiras divisões administrativas da Hispânia, que correspondia à parte sul e ocidental da Península.

UNGUENTÁRIO – Recipiente usado para drogas e cosméticos.

URNA CINERÁRIA – Vaso usado para recolhas de cinzas dos corpos tumulados segundo o rito da incineração.

XORCA – Colar de bronze com elementos móveis, em forma de sanguessuga.

WÜRM – *V.* Glaciações.

Bibliografia

ALARCÃO, J. de — **O Domínio romano em Portugal**. Lisboa. Publicações Europa-América, 1989.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 4 volumes, copy 1971.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL. Lisboa, Publicações Alfa, 2 volumes, copy 1983.

FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, M. — **Portugal Pré-Histórico: seu enquadramento no Mediterrâneo**. Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL. Lisboa, Publicações Alfa, 1.º volume, copy 1985.

HISTÓRIA DE PORTUGAL. Lisboa, Publicações Alfa, 1.º volume, copy 1983.

ROTEIROS DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA, vol. 1: **Lisboa e arredores**, vol. 2: **Ruínas de Conímbriga**. Lisboa, I.P.P.C., 1986.

SANTOS, M. Farinha dos — **Pré-História de Portugal**. Lisboa, Editorial Verbo, 1972.

SAVORY, H.N. — **Espanha e Portugal**. Lisboa, Editorial Verbo, 1974. (1.ª edição, inglesa: 1968).

VASCONCELLOS, J. Leite de — **As Religiões da Lusitânia**. Lisboa, Imprensa Nacional, 3 volumes, 1897-1913.

Composição: Byblos Fotocomposição, Lda.
Fotolito e montagem: Policor — Gabinete Técnico de Fotolito, Lda.
Impressão: Tipografia Peres
Lisboa, Portugal

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL